

Estudos da Central  
de Balanços

39

Análise dos resultados  
consolidados dos grupos  
não financeiros em Portugal  
| 2017

Julho 2019



BANCO DE  
PORTUGAL  
EUROSISTEMA



Estudos da Central  
de Balanços

39

Análise dos resultados  
consolidados dos grupos  
não financeiros em Portugal  
| 2017

Julho 2019



BANCO DE PORTUGAL  
EUROSISTEMA

Lisboa, 2019 • [www.bportugal.pt](http://www.bportugal.pt)



# Nota prévia

A presente análise baseia-se nos dados recolhidos através da Informação Empresarial Simplificada (IES) e tratados pela Central de Balanços do Banco de Portugal. Através da IES, as empresas cumprem as obrigações de declaração das contas anuais perante os Ministérios das Finanças e da Justiça, o Banco de Portugal e o Instituto Nacional de Estatística (INE).

A IES é normalmente reportada no prazo máximo de seis meses e meio após o fim do exercício económico, o que corresponde, para a maioria das empresas residentes em Portugal, ao dia 15 de julho do ano seguinte ao de referência dos dados. Para esta análise utilizaram-se os dados da IES de 2017, os mais recentes à data desta publicação.

A *Análise dos resultados consolidados dos grupos não financeiros em Portugal 2017* apresenta uma caracterização, bem como uma análise económica e financeira dos grupos que apresentaram demonstrações financeiras em base consolidada, o que constitui uma inovação nos *Estudos da Central de Balanços* do Banco de Portugal que até aqui apenas utilizaram informação das contas individuais das empresas. Para efeitos do presente estudo, entende-se por grupo o conjunto formado pela empresa-mãe e pelas empresas que integram o respetivo perímetro de consolidação. Este estudo distingue-se do estudo 32, denominado *Análise das empresas integradas em grupos*, pois baseia a análise na informação consolidada dos grupos que elaboraram demonstrações financeiras consolidadas ao invés dos dados individuais das empresas que integram grupos.

As contas consolidadas dos grupos são reportadas pelas respetivas empresas-mãe através do Anexo A1 da IES, podendo seguir o referencial contabilístico nacional, composto pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), o qual incorpora as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e respetivas normas interpretativas (NI), ou o referencial internacional, o qual contempla as normas internacionais de relato financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards), as normas internacionais de contabilidade (IAS – International Accounting Standards) e as interpretações emitidas pelo Standing Interpretation Committee (SIC) e pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC). Os grupos cotados têm obrigatoriamente de elaborar as suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o normativo internacional, enquanto os restantes grupos portugueses podem, voluntariamente, adotar este normativo ou, em alternativa, preparar as demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com o normativo nacional.

Dadas as especificidades dos dois normativos contabilísticos, foi necessário um trabalho prévio de harmonização dos dados consolidados reportados. Para os grupos que elaboram demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com o normativo internacional, é utilizado um modelo desenvolvido no âmbito do grupo de trabalho ERICA (European Records of IFRS Consolidated Accounts Working Group), o qual integra o Comité Europeu de Centrais de Balanços (do inglês, ECCBSO). Esse modelo pode ser consultado no *site* do Comité. Para os grupos que preparam as contas consolidadas de acordo com o normativo nacional, é utilizado um modelo desenvolvido no Banco de Portugal, o qual se baseia no Anexo A da IES, devidamente adaptado à prestação de demonstrações financeiras consolidadas. Os indicadores utilizados nesta análise correspondem a medidas harmonizadas, que salvaguardam a comparabilidade da informação apresentada.

A informação reportada pelas empresas na IES é, ainda, objeto de um processo de controlo de qualidade no Banco de Portugal que visa, essencialmente, assegurar a coerência e a integridade da informação estatística no exercício económico, assim como a consistência temporal dos principais agregados.



# Sumário

No presente estudo analisaram-se os dados de, aproximadamente, 350 grupos não financeiros, que apresentaram contas consolidadas em Portugal entre 2014 e 2017. Em 2017, estes grupos geraram mais de 110 mil milhões de euros de volume de negócios e empregavam mais de 430 mil pessoas, em Portugal e no resto do mundo. Os grupos de grande dimensão (volume de negócios igual ou superior a 1500 milhões de euros) representavam somente 3% do número total de grupos, mas geraram a maioria do volume de negócios (57%). Já os grupos de pequena dimensão (volume de negócios inferior a 250 milhões de euros) correspondiam a 84% dos grupos, em 2017, mas geraram apenas 16% do volume de negócios consolidado.

A atividade económica dos grupos distribuía-se, essencialmente, pelos setores dos outros serviços (34%), indústria (30%) e comércio (23%). Quando avaliada pelo volume de negócios, assumia maior relevância o comércio (33%), seguindo-se a indústria (31%), os outros serviços (16%) e a eletricidade e a água (15%).

A maior parte dos grupos tinha sede na Área Metropolitana de Lisboa (39%), na região Norte (34%) ou na região Centro (16%). A Área Metropolitana de Lisboa era a região mais relevante em termos de volume de negócios (70%), seguindo-se as regiões Norte (24%) e Centro (3%). A região Norte detinha a maior parcela de grupos da indústria (44%). A Área Metropolitana de Lisboa era a região mais preponderante nos outros serviços (53%), na eletricidade e água (41%), na construção (46%) e no comércio (38%). O Alentejo agregava a maior parcela dos grupos da agricultura e pescas (44%).

O volume de negócios dos grupos aumentou 10% em 2017, o que compara com -3% em 2016. O volume de negócios cresceu em todas as classes de dimensão e setores de atividade económica.

O EBITDA dos grupos aumentou 15% em 2017, o que contribuiu para um aumento da rentabilidade dos capitais próprios dos grupos, que se fixou nos 11%, mais 2,8 pp do que em 2016. A margem operacional aumentou 0,7 pp para 15%, enquanto a margem líquida cresceu 1,1 pp para 5%.

A autonomia financeira dos grupos foi de 30% em 2017, o que representa um aumento de 1,5 pp face a 2016. Em 2017, 7% dos grupos apresentavam capitais próprios negativos. A construção era o setor que apresentava uma maior percentagem de grupos com capitais próprios negativos (17%).

A dívida remunerada correspondia à principal fonte de financiamento alheio dos grupos, e representava 59% do passivo desses grupos em 2017. Os títulos de dívida correspondiam a 45% da dívida remunerada dos grupos, enquanto os empréstimos bancários representavam 43%.

Os juros suportados pelos grupos diminuíram 8% entre 2016 e 2017.

Face ao aumento do EBITDA e à diminuição dos juros suportados, a pressão financeira dos grupos apresentou uma redução de 3,7 pp, para 15%. Todas as classes de dimensão e setores de atividade apresentaram uma redução da pressão financeira.

Em 2017, o financiamento por dívida comercial correspondia a 12% do passivo dos grupos. Não obstante, apenas 35% dos grupos conseguiram obter financiamento por esta via.

No mesmo ano, 41% dos grupos eram nacionais, 42% correspondiam a grupos multinacionais com controlo nacional e 17% eram grupos multinacionais com controlo estrangeiro.

Em 2017, estes grupos reuniam cerca de 5 mil empresas, das quais aproximadamente 3 mil eram residentes (menos de 1% das empresas em Portugal), e representavam 27% do volume de negócios e 14% das pessoas ao serviço das sociedades não financeiras em Portugal.

As empresas incluídas no perímetro de consolidação dos grupos multinacionais, além de Portugal, estavam, sobretudo, localizadas em Espanha (300), seguindo-se os Estados Unidos da América (254), Angola (156), Países Baixos (113), Moçambique (108) e França (102).

As entidades controladoras finais dos grupos multinacionais com controlo estrangeiro situavam-se, sobretudo, nos Estados Unidos da América (23%) e em França (15%).

Em 2017, 68% dos grupos elaborava demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com o SNC, enquanto os restantes 32% aplicavam as IFRS. Não obstante a maioria dos grupos ter aplicado o SNC, aqueles que utilizavam as IFRS concentravam 81% do volume de negócios total dos grupos.

Os grupos nacionais apresentaram uma maior tendência para adotar o SNC, enquanto os grupos multinacionais tenderam a adotar as IFRS.

Por classe de dimensão, os grupos de pequena dimensão aplicaram maioritariamente o SNC. Não existiam grupos de grande dimensão a aplicar o SNC. Também não existiam grupos do setor da agricultura e pescas a aplicar as IFRS.

A comparação entre a informação financeira consolidada e o somatório das empresas residentes em Portugal que integravam os respetivos perímetros de consolidação permite identificar os principais impactos do processo de consolidação, nomeadamente, a eliminação das transações e saldos entre as empresas do grupo consolidante e a integração das subsidiárias localizadas no resto do mundo.

Os ativos fixos tangíveis e os ativos intangíveis das empresas residentes integradas nos grupos que elaboraram contas consolidadas correspondiam a 13% e 10% do ativo, respetivamente. Em termos consolidados, os grupos apresentaram valores superiores (36% e 21%, respetivamente). Por outro lado, os investimentos financeiros representavam 37% do ativo das empresas integradas nos grupos, mas apenas 5% em termos consolidados.

O peso do passivo não corrente correspondia a 33% para as empresas integradas em grupos e a 43% para os grupos.

Os outros financiamentos obtidos correspondiam a 44% do total de financiamentos obtidos pelas empresas integradas em grupos (inclui financiamentos de participantes e participadas). No entanto, considerando a informação consolidada, o peso desta rubrica era apenas de 11% para os grupos, enquanto as rubricas de títulos de dívida e empréstimos bancários tinham o peso mais relevante: 44% em ambos os casos.

# Índice

Nota prévia | 3

Sumário | 5

## I Análise dos resultados consolidados dos grupos não financeiros em Portugal | 2017 | 9

1 Introdução | 11

2 Caracterização | 13

**Caixa 1** • Caracterização dos grupos de acordo com a sua nacionalidade | 17

3 Análise económica e financeira | 20

3.1 Atividade e rentabilidade | 20

3.1.1 Volume de negócios | 20

3.1.2 Gastos da atividade operacional | 21

3.1.3 EBITDA | 22

3.1.4 Rentabilidade | 24

3.2 Situação financeira | 26

3.2.1 Estrutura financeira | 26

3.2.2 Gastos de financiamento e solvabilidade | 30

3.2.3 Financiamento por dívida comercial | 31

**Caixa 2** • Caracterização por normativo contabilístico: IFRS *versus* SNC | 33

**Caixa 3** • Grupos e empresas integradas no perímetro de consolidação | 36

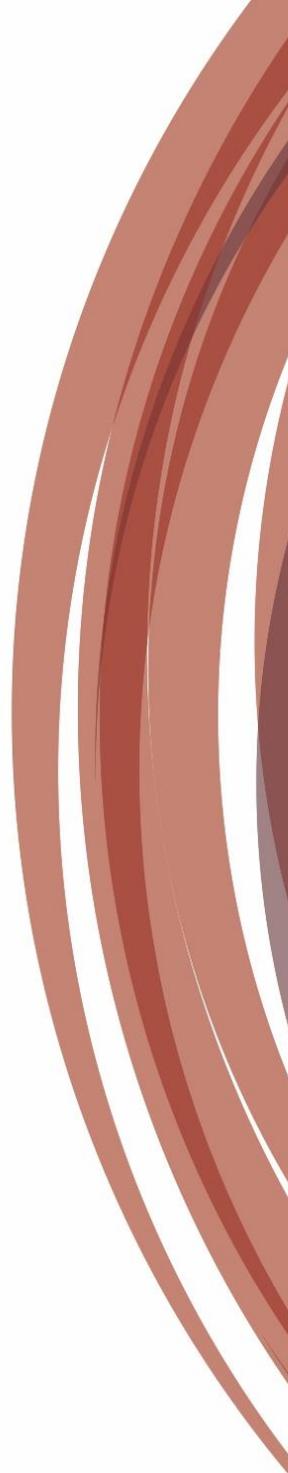
## II Anexo | 41

1 Síntese metodológica | 43

Siglas e acrónimos | 46

Referências | 47

Estudos da Central de Balanços | 48





# I Análise dos resultados consolidados dos grupos não financeiros em Portugal | 2017

1 Introdução

2 Caracterização

3 Análise económica e financeira



# 1 Introdução

O estudo *Análise dos resultados consolidados dos grupos não financeiros em Portugal 2017* apresenta uma avaliação da situação económica e financeira dos grupos não financeiros residentes que apresentaram contas em base consolidada em Portugal.

Este estudo considera, aproximadamente, 350 grupos não financeiros, que apresentaram contas consolidadas, no período 2014 - 2017. Na Síntese metodológica, em anexo, disponibiliza-se informação sobre os procedimentos para a definição da amostra e delimitação do perímetro dos grupos.

A análise baseia-se na informação da Central de Balanços do Banco de Portugal<sup>1</sup>, em particular nos dados do Anexo A1 da Informação Empresarial Simplificada (IES), através do qual é efetuada a prestação das contas consolidadas, e os dados do Quadro das Partes Relacionadas do Anexo A da IES, utilizados para caracterizar a estrutura dos grupos.

Com vista à produção de indicadores comparáveis para a informação dos grupos que utilizam as International Financial Reporting Standards (IFRS) e o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) foi efetuado um mapeamento entre variáveis comparáveis dos dois normativos. A fórmula de cálculo dos indicadores pode ser consultada na Síntese metodológica.

A classificação do grupo por setor de atividade económica corresponde à atividade das empresas integradas no perímetro de consolidação que apresenta maior preponderância no volume de negócios consolidado. Neste sentido, esta classificação poderá divergir da classificação da atividade económica da empresa-mãe que procede à elaboração das demonstrações financeiras consolidadas: um grupo pode abarcar diversas atividades económicas e conter outros grupos consolidantes que atuam, igualmente, em diversos setores. Para efeitos da caracterização setorial dos grupos consideram-se as subsidiárias que consolidam contas<sup>2</sup>, em detrimento da empresa-mãe do grupo, se o setor de atividade em que atuam é diferente do setor da empresa-mãe consolidante, o que permite caracterizar com maior rigor as diversas atividades económicas dos grupos. A classificação das atividades económicas está de acordo com a Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, Revisão 3 (CAE-Rev.3).

A classificação dos grupos por classe de dimensão baseia-se no volume de negócios consolidado, de acordo com a metodologia definida pelo grupo de trabalho ERICA. São classificados de pequena dimensão os grupos cujo volume de negócios é inferior a 250 milhões de euros. O volume de negócios dos grupos de média dimensão é igual ou superior a 250 milhões de euros e

<sup>1</sup> A Central de Balanços do Banco de Portugal é uma base de dados com informação económica e financeira sobre as sociedades não financeiras (SNF) em Portugal. A informação baseia-se nos dados contabilísticos anuais comunicados no âmbito da Informação Empresarial Simplificada (IES) e nos dados contabilísticos trimestrais reportados pelas empresas através do Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras (ITENF). Os dados anuais cobrem a quase totalidade das SNF e os dados trimestrais cobrem cerca de quatro mil empresas, representativas de 50% do volume de negócios do setor. Para mais detalhe sobre a atividade da Central de Balanços, podem ser consultados os *Suplementos ao Boletim Estatístico 1/2008 – Reporte simplificado: incorporação da Informação Empresarial Simplificada nas Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços* e *2/2013 – Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços – Notas metodológicas*, bem como a publicação *Estudos da Central de Balanços 36 - Quadros do setor e quadros da empresa e do setor*, de fevereiro de 2019.

<sup>2</sup> Embora esta opção conduza a diferentes perímetros de consolidação entre a análise por setor de atividade e outras análises deste estudo, uma avaliação dos eventuais impactos sobre as taxas de variação anuais divulgadas confirmou que estes não são relevantes nos indicadores apresentados para o período 2014 – 2017

inferior a 1500 milhões de euros. O volume de negócios dos grupos de grande dimensão é igual ou superior a 1500 milhões de euros.

No Capítulo 2 caracterizam-se os grupos, designadamente, em termos de classe de dimensão, setor de atividade económica e localização das sedes das empresas-mãe dos grupos.

No Capítulo 3 analisa-se a evolução recente da atividade e determina-se em que medida esta se reflete nas rendibilidades obtidas. Para tal, decompõem-se os efeitos que influem sobre estas rendibilidades, entre as componentes operacional e financeira da atividade dos grupos.

Na caixa 1 “Caraterização dos grupos de acordo com a sua nacionalidade” analisa-se a localização geográfica das entidades controladoras finais dos grupos, bem como da localização das entidades integradas no perímetro de consolidação.

Na caixa 2 “Caraterização por normativo contabilístico: IFRS versus SNC”, a análise dos grupos realizada no Capítulo 2 é detalhada por normativo contabilístico. Adicionalmente, apresenta-se o normativo contabilístico adotado pelos grupos em função da sua nacionalidade: grupos nacionais, grupos multinacionais com controlo nacional e grupos multinacionais com controlo estrangeiro. A definição de grupos nacionais e multinacionais com controlo nacional ou estrangeiro é a mesma que foi utilizada no estudo 32 da Central de Balanços, denominado *Análise das empresas integradas em grupos*.

Na caixa 3 “Grupos e empresas integradas no perímetro de consolidação” compara-se a informação consolidada dos grupos com os dados contabilísticos individuais das empresas residentes que integram os respetivos perímetros de consolidação.

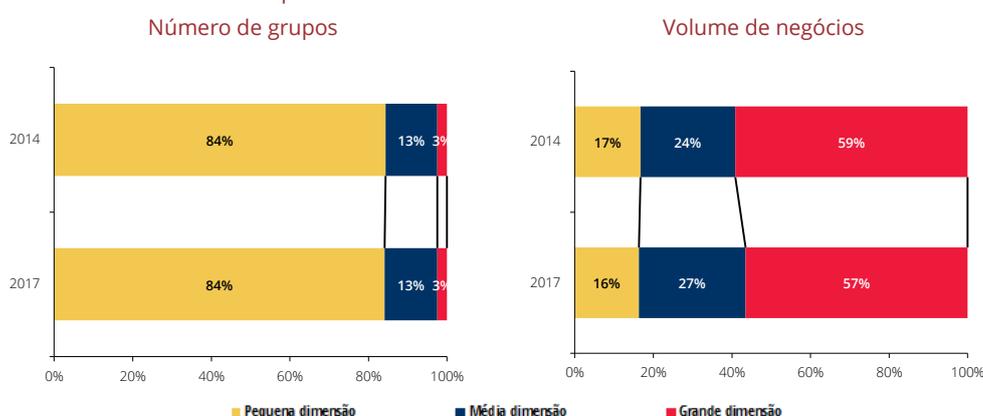
Na Parte II (Anexo) apresenta-se uma Síntese metodológica com a definição dos principais conceitos utilizados. No *site* do Banco de Portugal estão disponíveis, em ficheiro Excel, as séries estatísticas analisadas.

## 2 Caracterização

No presente estudo analisaram-se, aproximadamente, 350 grupos não financeiros, entre 2014 e 2017. Em 2017, estes grupos geraram mais de 110 mil milhões de euros de volume de negócios e empregavam mais de 430 mil pessoas, em Portugal e no resto do mundo. Ao nível das classes de dimensão<sup>3</sup>, os grupos de pequena dimensão correspondiam a 84% dos grupos em 2017, os quais eram responsáveis por apenas 17% do volume de negócios total. Já os grupos de grande dimensão representavam somente 3% do número total de grupos, mas geraram a maioria do volume de negócios (57%) (Gráfico I.2.1).

A repartição dos grupos por classe de dimensão não apresentou alterações substanciais entre 2014 e 2017, na medida em que a generalidade dos grupos manteve a sua classe de dimensão.

**Gráfico I.2.1 • Estruturas | Por classes de dimensão<sup>4</sup>**

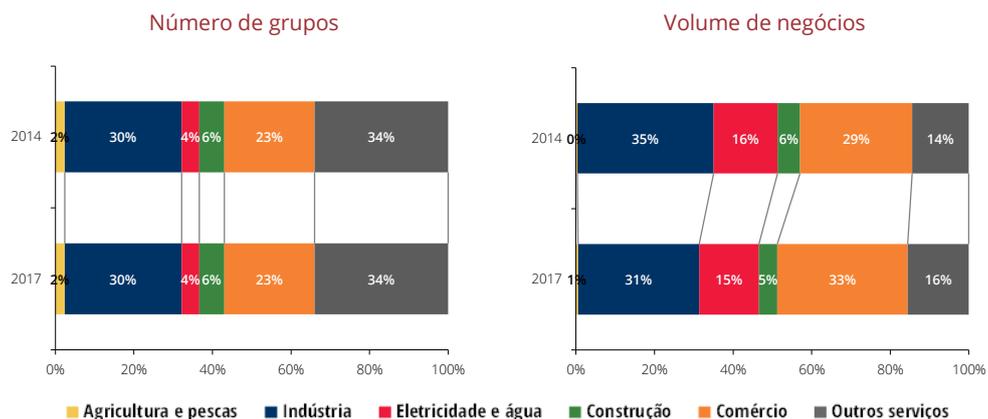


Em 2017, a atividade económica dos grupos distribuía-se, essencialmente, pelos setores dos outros serviços (34%), indústria (30%) e comércio (23%), em linha com a estrutura observada igualmente em 2014. Quando avaliada pelo volume de negócios, assumia maior relevância o comércio (33%), seguindo-se a indústria (31%), os outros serviços (16%) e a eletricidade e a água (15%). Comparativamente com a estrutura setorial registada em 2014, destacou-se a redução do peso da indústria (4 pp) e o aumento do peso do comércio e dos outros serviços (4 pp e 2 pp, respetivamente) (Gráfico I.2.2).

<sup>3</sup> A definição das classes de dimensão dos grupos utilizada neste estudo reflete os critérios utilizados no âmbito do grupo de trabalho ERICA, que é parte integrante do Comité Europeu de Centrais de Balanços. Esta definição encontra-se detalhada na Síntese metodológica, na Parte II (Anexo).

<sup>4</sup> Por questões de arredondamento, os totais dos gráficos e quadros apresentados neste estudo podem não corresponder à soma das parcelas.

## Gráfico I.2.2 • Estruturas | Por setores de atividade económica



Todos os setores de atividade são constituídos, maioritariamente, por grupos de pequena dimensão. O peso desta classe de dimensão variava entre 78% no comércio e 90% nos outros serviços. Em contraste, ao nível do volume de negócios tinham maior preponderância os grupos de grande dimensão na maioria dos setores de atividade. Em particular, no setor da eletricidade e água, 87% do volume de negócios era gerado por grupos de grande dimensão. Os grupos de média dimensão concentravam a maior parcela do volume de negócios da agricultura e pescas (75%) e os grupos de pequena dimensão reuniam a principal parcela do volume de negócios dos outros serviços (41%) (Quadro I.2.1).

### Quadro I.2.1 • Estruturas | Por setores de atividade económica e classes de dimensão (2017)

	Composição do número de grupos por dimensão			Composição do volume de negócios por dimensão		
	Pequena dimensão	Média dimensão	Grande dimensão	Pequena dimensão	Média dimensão	Grande dimensão
<b>Total dos grupos</b>	<b>84,1%</b>	<b>13,4%</b>	<b>2,5%</b>	<b>16,4%</b>	<b>27,1%</b>	<b>56,5%</b>
Agricultura e pescas	88,9%	11,1%	0,0%	25,2%	74,8%	0,0%
Indústria	81,4%	15,9%	2,7%	15,1%	31,0%	53,9%
Eletricidade e água	82,4%	11,8%	5,9%	6,2%	6,8%	87,0%
Construção	87,5%	8,3%	4,2%	21,4%	30,8%	47,8%
Comércio	78,2%	19,5%	2,3%	11,8%	30,0%	58,2%
Outros serviços	89,9%	8,5%	1,6%	41,1%	33,6%	25,3%

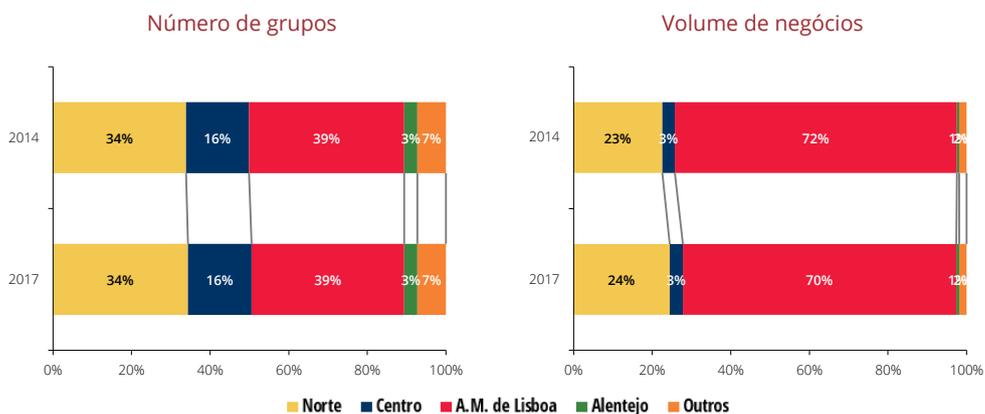
Nota: A sombreado encontra-se a classe de dimensão mais relevante por setor de atividade económica para cada um dos indicadores considerados.

No que respeita à localização geográfica das sedes dos grupos<sup>5</sup>, a maior parte dos grupos tinha sede na Área Metropolitana de Lisboa (39%) e na região Norte (34%). A Área Metropolitana de

<sup>5</sup> A localização geográfica refere-se à região onde está situada a empresa-mãe que prepara as demonstrações financeiras consolidadas. Para tal, considera-se a desagregação do território de Portugal em sete regiões, de acordo com a Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS-II): Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores.

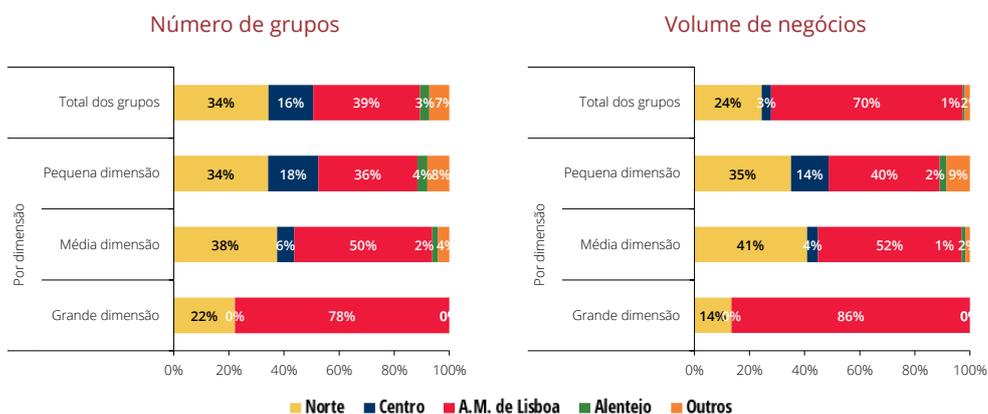
Lisboa era a região mais relevante em termos de volume de negócios: 70% do volume de negócios consolidado, seguindo-se a região Norte com apenas 24%. Entre 2014 e 2017 não se verificaram alterações significativas na localização das sedes dos grupos nem no seu contributo para o volume de negócios (Gráfico I.2.3).

**Gráfico I.2.3 • Estruturas | Por localização geográfica das sedes**



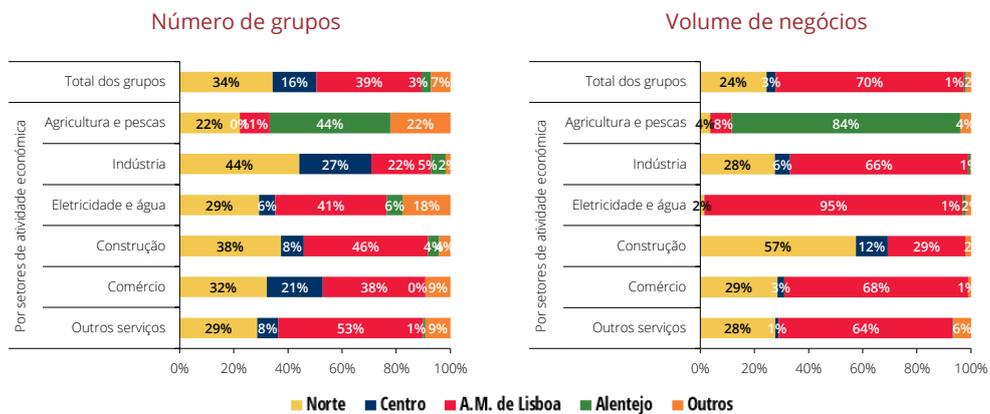
Por classes de dimensão dos grupos, a Área Metropolitana de Lisboa destacava-se ao concentrar a maior parcela de grupos de média (50%) e grande (78%) dimensão, bem como uma parcela significativa do respetivo volume de negócios (52% e 87%, respetivamente), seguida igualmente pela região Norte (Gráfico I.2.4).

**Gráfico I.2.4 • Estruturas | Por dimensão e localização geográfica das sedes (2017)**



Por setores de atividade, 44% dos grupos da indústria e 57% do volume de negócios da construção encontravam-se na região Norte. A Área Metropolitana de Lisboa era a região com mais relevância nos setores da eletricidade e água (41% dos grupos e 95% do volume de negócios), do comércio (38% dos grupos e 68% do volume de negócios) e dos outros serviços (53% dos grupos e 64% do volume de negócios). Por último, o Alentejo concentrava a maior proporção de grupos da agricultura e pescas (44%), representativa de 84% do volume de negócios do setor (Gráfico I.2.5).

**Gráfico I.2.5 • Estruturas | Por setores de atividade económica e localização geográfica das sedes (2017)**



A caixa 1 descreve os grupos de acordo com a sua nacionalidade, a localização das empresas integradas no seu perímetro de consolidação e a localização das entidades controladoras finais.

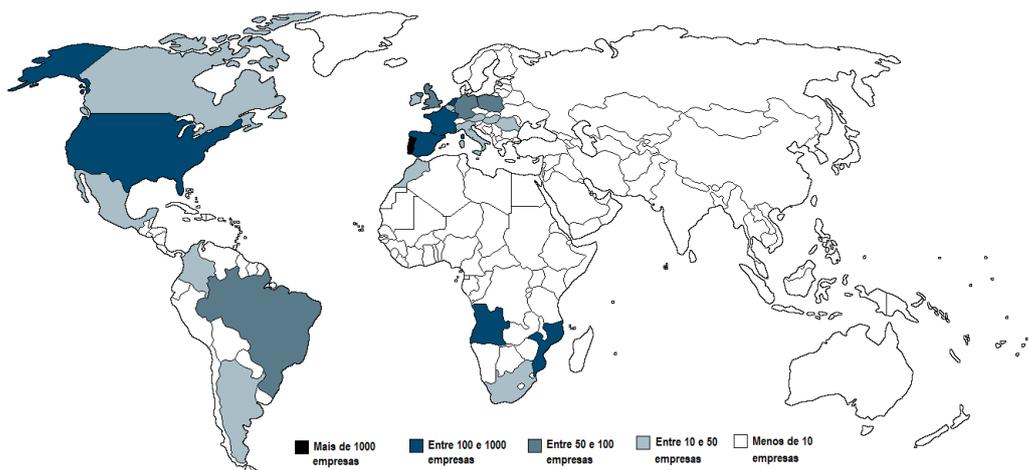
### Caixa 1 • Caracterização dos grupos de acordo com a sua nacionalidade

Nesta caixa faz-se uma distinção entre grupos nacionais, multinacionais com controlo nacional e multinacionais com controlo estrangeiro e relaciona-se estes conceitos com o normativo contabilístico utilizado. De seguida, analisa-se a distribuição das empresas integradas no perímetro de consolidação dos grupos em função da sua nacionalidade e do normativo contabilístico utilizado pela empresa-mãe na preparação das contas consolidadas. A localização geográfica das entidades controladoras finais dos grupos com controlo estrangeiro é apresentada, considerando também a importância de cada país de controlo em termos do número de empresas, do volume de negócios e do número de pessoas ao serviço consolidados em Portugal.

Os grupos nacionais são constituídos apenas por empresas residentes em Portugal. Estas empresas representavam 0,2% do número de sociedades não financeiras em Portugal, 2% do volume de negócios e 3% do número de pessoas ao serviço. Os grupos multinacionais com controlo nacional são os grupos constituídos simultaneamente por empresas residentes e não residentes em Portugal e cuja entidade controladora final é residente em Portugal. As empresas residentes incluídas nestes grupos correspondiam a 0,5% do número de empresas em Portugal, 21% do volume de negócios e 9% do número de pessoas ao serviço. Por último, os grupos multinacionais com controlo estrangeiro são os grupos constituídos simultaneamente por empresas residentes e não residentes em Portugal, mas cuja entidade controladora final é não residente em Portugal. As empresas residentes integradas nestes grupos representavam 0,1% do total de sociedades em Portugal, 3% do volume de negócios e 2% do número de pessoas ao serviço. A definição de grupos nacionais, multinacionais com controlo nacional e multinacionais com controlo estrangeiro é a mesma que foi utilizada no *Estudo da Central de Balanços 32*, denominado *Análise das empresas integradas em grupos*.

Em 2017, 41% dos grupos eram nacionais, 42% eram multinacionais com controlo nacional e os restantes eram multinacionais com controlo estrangeiro. No mesmo ano, estavam integradas no perímetro de consolidação dos grupos considerados neste estudo 5 mil empresas, aproximadamente. A figura C1.1 apresenta a localização geográfica destas empresas. Quase dois terços eram residentes e, das não residentes, destacavam-se como localizações preferenciais os países da Europa, da América e os países lusófonos.

**Figura C1.1 • Localização das empresas integradas no perímetro de consolidação dos grupos (2017)**



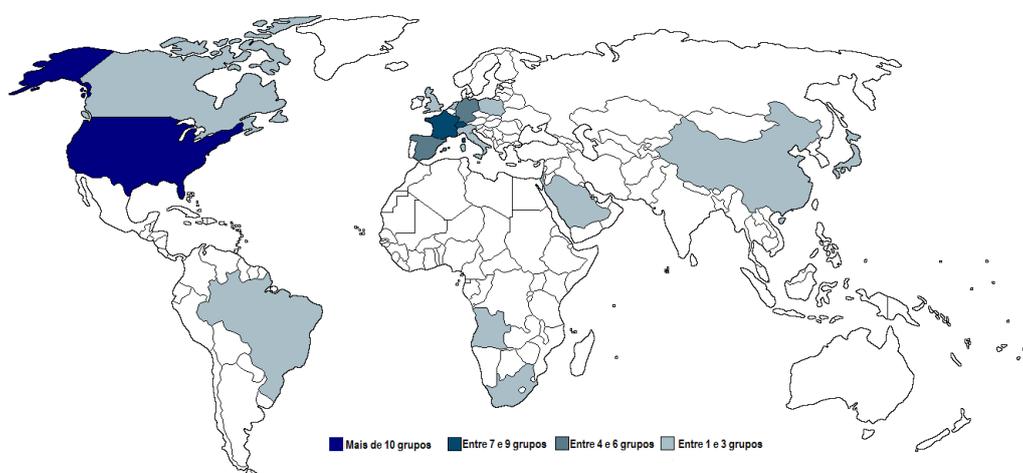
Espanha era o país estrangeiro onde mais empresas estavam sediadas (300), seguindo-se os Estados Unidos da América (254), Angola (156), Países Baixos (113), Moçambique (108) e França (102). Na classe de entre 50 e 100 empresas salientavam-se alguns países da Europa Central como a Polónia

(66) e a Alemanha (54), bem como o Reino Unido (54). As restantes classes apresentavam uma maior dispersão, destacando-se a Europa de Leste e alguns países dos continentes africano e americano.

Na figura C1.2 ilustra-se a localização geográfica das entidades controladoras finais dos grupos multinacionais com controlo estrangeiro, isto é, daqueles grupos que, não obstante consolidarem contas em Portugal, têm uma entidade não residente que os controla.

Os Estados Unidos da América destacavam-se, localizando-se aqui entidades controladoras finais de 14 grupos considerados neste estudo. Depois evidenciavam-se os países da Europa, em particular França (país da entidade controladora final de 9 grupos) e os países lusófonos, nomeadamente o Brasil (país da entidade controladora final de 3 grupos).

**Figura C1.2 • Localização das entidades controladoras finais dos grupos multinacionais com controlo estrangeiro (2017)**



Esta figura apresenta algumas semelhanças com a anterior, evidenciando uma relação de bilateralidade entre a localização das empresas que integram o perímetro de consolidação dos grupos e a localização das controladoras finais estrangeiras dos grupos que apresentaram contas consolidadas. Indicações semelhantes já haviam sido obtidas no *Estudo da Central de Balanços 32 – Análise das empresas integradas em grupos*, para as empresas integradas em grupos com controlo nacional e as entidades controladoras finais.

Por último, apresenta-se, no quadro C1.1, a representatividade dos grupos multinacionais com controlo estrangeiro por país de controlo em termos de número de empresas, volume de negócios e número de pessoas ao serviço consolidados. No total, estes grupos representavam 17% do número de pessoas considerados neste estudo, 11% do seu volume de negócios e 19% do número de pessoas ao serviço.

**Quadro C1.1 • Distribuição dos grupos multinacionais com controlo estrangeiro por país de controlo (2017)**

País de controlo	Número de grupos	Volume de negócios	Número de pessoas ao serviço
Estados Unidos da América	23%	13%	25%
França	15%	29%	19%
Suíça	11%	10%	23%
Alemanha	8%	4%	2%
Espanha	8%	10%	5%
Brasil	5%	16%	10%
Angola	3%	4%	0%
Japão	3%	2%	1%
Luxemburgo	3%	1%	0%
Macau	3%	1%	1%
Reino Unido	3%	2%	1%
China	3%	4%	8%
Outros	11%	3%	4%
Total	62	12 mil milhões	80 127

Por país de controlo, e de acordo com o apresentado na figura C1.2, os Estados Unidos da América apresentavam maior relevância em termos do número de grupos. No entanto, por volume de negócios, destacavam-se os grupos com entidades controladoras finais localizadas em França (29% do total do volume de negócios gerado por grupos com entidades controladoras estrangeiras) e no Brasil (16%). Já por número de pessoas ao serviço, os Estados Unidos voltavam a destacar-se (25% do total das pessoas ao serviço de grupos com entidades controladoras estrangeiras), seguidos pela Suíça (23%) e pela França (19%).

# 3 Análise económica e financeira

## 3.1 Atividade e rendibilidade

### 3.1.1 Volume de negócios

O volume de negócios dos grupos aumentou 10% em 2017, o que compara com -3% em 2016.

A taxa de crescimento anual do volume de negócios dos grupos acelerou em todas as classes de dimensão. O volume de negócios cresceu 11% nos grupos de grande dimensão, 10% nos de média dimensão e 5% nos grupos de pequena dimensão. (Gráfico I.3.1).

**Gráfico I.3.1 • Volume de negócios | Taxa de crescimento anual**



O aumento do volume de negócios dos grupos abrangeu todos os setores de atividade económica. O setor do comércio apresentou o maior aumento (12%), seguido da indústria (10%). Estes setores apresentaram uma taxa de crescimento do volume de negócios igual ou superior à verificada para o total dos grupos (10%). Quanto aos restantes setores, o volume de negócios aumentou 9% nos outros serviços, 7% na eletricidade e água, 5% na construção e 1% na agricultura e pescas.

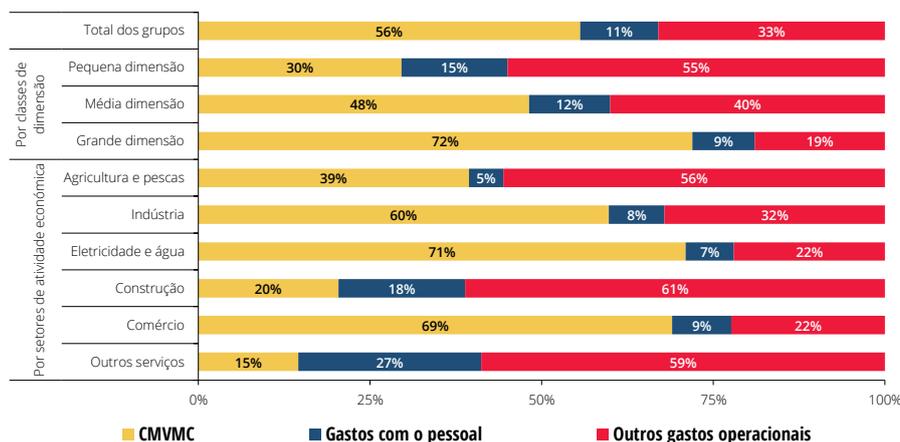
Em 2017, todos os setores apresentaram uma aceleração da taxa de crescimento anual do volume de negócios, à exceção do setor da agricultura e pescas. Neste setor, o volume de negócios desacelerou de 7% em 2016, para 1% em 2017.

<sup>6</sup> Existem grupos que atuam em mais do que um setor de atividade. A totalidade do volume de negócios destes grupos foi alocada ao setor ao qual pertence a sua atividade principal. Outras possíveis abordagens foram testadas e não conduziram a conclusões distintas das apresentadas no gráfico. Informação adicional no ponto 1.2.4 da Síntese metodológica.

### 3.1.2 Gastos da atividade operacional<sup>7</sup>

Em 2017, o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC) foi a componente mais relevante dos gastos da atividade operacional, correspondendo a 56% destes gastos. Os outros gastos operacionais representaram 33% dos gastos da atividade operacional, enquanto aos gastos com pessoal correspondeu uma parcela de 11% (Gráfico I.3.2).

**Gráfico I.3.2 • Gastos da atividade operacional | Estrutura (2017)**



O CMVMC foi a componente mais preponderante em todas as classes de dimensão, à exceção dos grupos de pequena dimensão, para os quais os outros gastos operacionais assumiam a maior ponderação (55%). O CMVMC também foi a componente dos gastos da atividade operacional mais representativa nos setores da eletricidade e água (71%), comércio (69%) e indústria (60%). Em contrapartida, os outros gastos operacionais correspondiam à componente mais representativa dos gastos da atividade operacional na construção (61%), nos outros serviços (59%) e na agricultura e pescas (56%).

Em 2017, os gastos da atividade operacional cresceram 11%. A componente dos gastos da atividade operacional que mais aumentou correspondeu ao CMVMC (12%), seguido dos outros gastos operacionais (11%) e dos gastos com pessoal (7%) (Quadro I.3.1).

<sup>7</sup> O agregado “gastos da atividade operacional” compreende o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), os gastos com o pessoal e os outros gastos operacionais. Os fornecimentos e serviços externos são a componente mais preponderante nos outros gastos operacionais.

**Quadro I.3.1 • Gastos da atividade operacional | Taxa de crescimento anual (2017)**

		CMVMC	Gastos com o pessoal	Outros gastos da atividade operacional	Gastos da atividade operacional
<b>Total dos grupos</b>		<b>11,5%</b>	<b>7,3%</b>	<b>10,7%</b>	<b>10,7%</b>
Por classes de dimensão	Pequena dimensão	6,0%	5,7%	4,2%	5,2%
	Média dimensão	11,9%	10,2%	9,1%	10,6%
	Grande dimensão	12,3%	6,3%	21,6%	13,4%
Por setores de atividade económica	Agricultura e pescas	9,1%	6,4%	7,9%	8,3%
	Indústria	9,2%	5,1%	7,1%	8,2%
	Eletricidade e água	17,2%	3,6%	4,4%	13,1%
	Construção	5,4%	1,7%	35,4%	21,0%
	Comércio	11,8%	11,5%	11,2%	11,6%
	Outros serviços	9,6%	7,5%	8,0%	8,1%

Nota: O sombreado destaca as maiores variações positivas, por classe de dimensão e por setor de atividade económica.

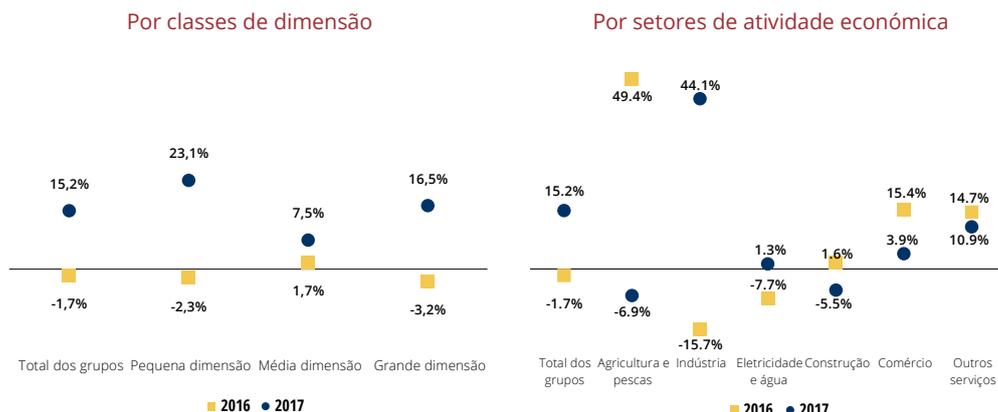
Os gastos da atividade operacional aumentaram em todas as classes de dimensão. O aumento mais significativo registou-se nos grupos de grande dimensão (13%), seguindo-se os de média dimensão (11%). Os grupos de pequena dimensão apresentaram uma taxa de crescimento dos gastos da atividade operacional de 5%. Estes gastos também aumentaram em todos os setores de atividade económica. Os setores nos quais este aumento foi mais significativo foram a construção (21%), a eletricidade e água (13%) e o comércio (12%). As taxas de crescimento mais reduzidas foram as dos setores da agricultura e pescas, da indústria e dos outros serviços (8%). Todas as componentes dos gastos operacionais registaram subidas por classes de dimensão e por setor de atividade económica. O maior aumento do CMVMC verificou-se na eletricidade e água (17%). O comércio registou o maior aumento dos gastos com pessoal (12%) e a construção apresentou o maior aumento dos outros gastos operacionais (35%).

### 3.1.3 EBITDA<sup>8</sup>

O EBITDA dos grupos aumentou 15% em 2017, que compara com -1,7% em 2016. O EBITDA cresceu para todas as classes de dimensão. Este aumento foi mais pronunciado nos grupos de pequena dimensão (23%), seguidos pelos grupos de grande dimensão (17%) e pelos de média dimensão (8%). Em 2017, a taxa de crescimento do EBITDA acelerou para todas as classes de dimensão (Gráfico I.3.3).

<sup>8</sup> EBITDA (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*) é o resultado antes de juros, impostos, depreciações e amortizações.

### Gráfico I.3.3 • EBITDA | Taxa de crescimento anual



Em 2017, a agricultura e pescas e a construção foram os únicos setores de atividade económica cujo EBITDA apresentou uma variação negativa (-7% e -6%, respetivamente). O setor de atividade que registou o maior aumento deste indicador foi a indústria, com uma variação de 44%. No que respeita aos restantes setores de atividade, o EBITDA aumentou 11% nos outros serviços, 4% no comércio e 1% na eletricidade e água.

Em linha com o aumento do EBITDA em 2017, 63% dos grupos apresentaram uma variação positiva do EBITDA, o que compara com 55% em 2016. Por classe de dimensão, o peso dos grupos com aumentos do EBITDA era maior nos grupos de grande dimensão (78%), seguindo-se os de média dimensão (71%) e os de pequena dimensão (62%), tendência já verificada em 2016. Por setor de atividade económica, a proporção de grupos com variação positiva do EBITDA foi de 77% na eletricidade e água, 72% no comércio, 58% nos outros serviços, 57% na indústria, 56% na agricultura e pescas e 54% na construção (Quadro I.3.2). Estes pesos eram superiores aos verificados em 2016 para todos os setores de atividade económica.

### Quadro I.3.2 • Grupos com crescimento anual do EBITDA e grupos com EBITDA negativo

	Peso dos grupos com crescimento anual do EBITDA		Peso dos grupos com EBITDA negativo		
	2016	2017	2016	2017	
<b>Total dos grupos</b>	<b>55,0%</b>	<b>63,2%</b>	<b>7,6%</b>	<b>7,1%</b>	
Por classes de dimensão	Pequena dimensão	54,1%	8,1%	8,1%	
	Média dimensão	58,3%	70,8%	4,2%	2,1%
	Grande dimensão	66,7%	77,8%	11,1%	0,0%
Por setores de atividade económica	Agricultura e pescas	44,4%	55,6%	0,0%	0,0%
	Indústria	49,5%	56,8%	4,5%	6,3%
	Eletricidade e água	64,7%	76,5%	0,0%	0,0%
	Construção	50,0%	53,8%	15,4%	23,1%
	Comércio	61,4%	71,6%	11,4%	4,5%
	Outros serviços	54,9%	58,2%	6,6%	6,6%

Em 2017, a percentagem de grupos com EBITDA negativo foi de 7%, o que compara com 8% em 2016. Verificava-se ainda que o peso dos grupos com EBITDA negativo diminuía com as classes de dimensão. Em 2017, 8% dos grupos de pequena dimensão e 2% dos grupos de média dimensão apresentaram EBITDA negativo. Não existiam grupos de grande dimensão com EBITDA negativo,

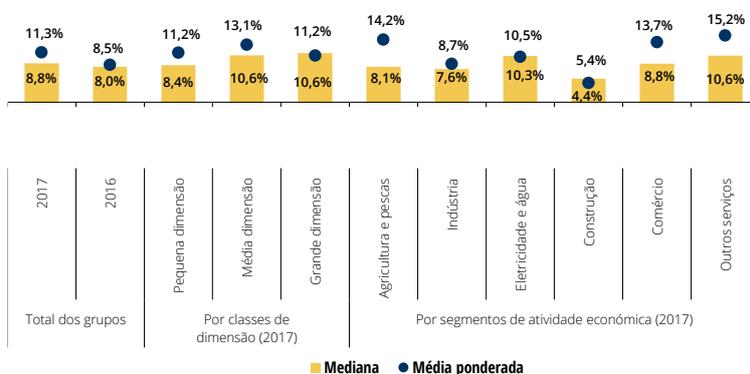
não obstante estes terem sido, em 2016, a classe com maior percentagem de grupos com EBITDA negativo (11%).

No que respeita aos setores de atividade económica, registavam EBITDA negativo 23% dos grupos na construção, 7% nos outros serviços, 6% na indústria e 5% no comércio. Na agricultura e pescas e na eletricidade e água não existiam grupos nestas condições. Entre 2016 e 2017, o peso dos grupos com EBITDA negativo no setor da construção aumentou 8 pp e, em sentido contrário, diminuiu 7 pp no setor do comércio.

### 3.1.4 Rendibilidade

Em 2017, a rendibilidade dos capitais próprios<sup>9</sup> dos grupos situou-se nos 11%, o que corresponde a um aumento de 2,8 pp face a 2016 (Gráfico I.3.4).

**Gráfico I.3.4 • Rendibilidade dos capitais próprios**



Não obstante, 43% dos grupos registaram uma redução da rendibilidade dos capitais próprios em 2017, relativamente a 2016. Destes, mais de 46% apresentou, simultaneamente, um decréscimo do resultado líquido do período e um aumento do capital próprio. Pelo contrário, 14% dos grupos cuja rendibilidade aumentou observou um aumento do resultado líquido do período superior ao aumento do capital próprio.

Em 2017, os grupos de média dimensão apresentaram níveis superiores de rendibilidade (13%) quando comparados com as restantes dimensões dos grupos (11%). Todas as classes de dimensão registaram aumentos na rendibilidade dos capitais próprios em 2017, relativamente a 2016. O aumento mais significativo foi apresentado pelos grupos de pequena dimensão (3,6 pp).

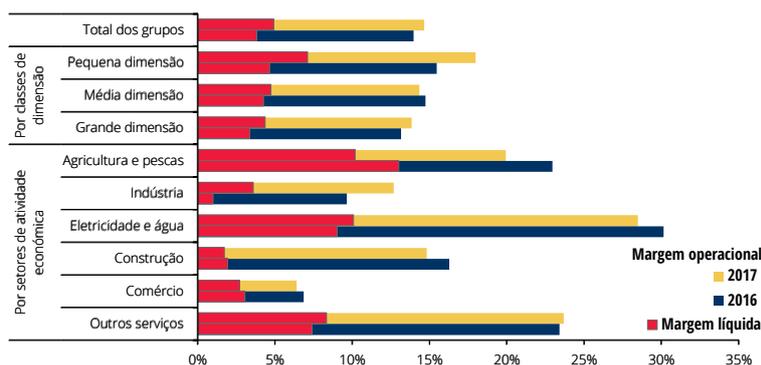
Por setores de atividade económica, os outros serviços apresentaram a rendibilidade mais elevada dos capitais próprios (15%), seguidos da agricultura e pescas e do comércio (14% em ambos os casos). A construção apresentava a menor rendibilidade dos capitais próprios (4%).

<sup>9</sup> A rendibilidade dos capitais próprios é calculada através do rácio entre o resultado líquido do período e os capitais próprios e mede o retorno obtido pelo capital investido pelos acionistas/sócios.

O principal aumento da rendibilidade foi registado na indústria (6,3 pp em 2017). Registaram-se aumentos, ainda, na eletricidade (1,6 pp) e nos outros serviços (1,3 pp) e diminuições na construção (0,5 pp), comércio (1,2 pp) e agricultura e pescas (4,6 pp). Em 2017, na agricultura e pescas registou-se a maior quebra na rendibilidade dos capitais próprios com os outros serviços a apresentar o valor mais elevado neste indicador.

A margem operacional dos grupos (indicador que relaciona o EBITDA com o total de rendimentos<sup>10</sup>) correspondeu a 15% em 2017, 0,7 pp acima do observado em 2016 (Gráfico I.3.5).

**Gráfico I.3.5 • Margem operacional e margem líquida**



Os grupos de pequena dimensão apresentaram uma margem operacional de 18%, enquanto os de média e grande dimensão registaram um valor de 14%, em ambos os casos. Todas as classes, com exceção dos grupos de média dimensão, apresentaram melhorias na sua margem operacional em 2017, relativamente a 2016.

Ao nível dos setores de atividade económica, os grupos da eletricidade e água continuaram a apresentar os valores mais elevados de margem operacional (29%), não obstante terem registado uma diminuição face a 2016 (-1,7 pp). O setor que apresentava a margem operacional mais reduzida era o comércio (6%). Os restantes setores apresentaram margens operacionais entre os 13% (na indústria) e os 24% (nos outros serviços). Para a maioria dos setores de atividade económica registou-se uma diminuição das margens operacionais relativamente a 2016. Apenas na indústria e nos outros serviços se observou um aumento (3,0 pp e 0,3 pp, respetivamente).

A margem líquida dos grupos (proporção do resultado líquido do período no total de rendimentos) ascendeu a 5%, o que corresponde a um aumento de 1,1 pp face a 2016. A margem líquida aumentou em todas as classes de dimensão: 2,5 pp nos grupos de pequena dimensão, 0,5 pp nos de média dimensão e 1,0 pp nos de grande dimensão.

Em termos de setor de atividade económica, a margem líquida foi mais elevada na agricultura e pescas (10%, menos 2,8 pp do que em 2016), na eletricidade e água (9%, mais 1,1 pp face a 2016) e nos outros serviços (8,3%, superior em 0,9 pp ao registado em 2016).

Em 2017, 49% dos grupos registaram aumentos nas margens operacional e líquida. A grande maioria dos grupos que aumentou a margem operacional também apresentou um aumento da

<sup>10</sup> Por uma questão de simplificação utiliza-se neste estudo a expressão “rendimentos” que corresponde ao “total de rendimentos líquidos”, obtido através da soma do volume de negócios, variações nos inventários de produção, trabalhos para a própria entidade, subsídios à exploração, outros rendimentos e ganhos e juros e outros rendimentos similares.

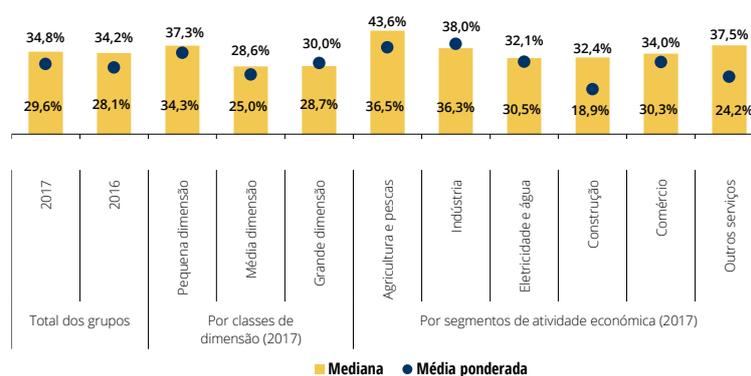
margem líquida (90%). No entanto, 15% dos grupos com margem operacional positiva registava uma margem líquida negativa.

## 3.2 Situação financeira

### 3.2.1 Estrutura financeira

A autonomia financeira dos grupos correspondeu a 30% em 2017, o que representa um aumento de 1,5 pp face a 2016 (Gráfico I.3.6).

Gráfico I.3.6 • Autonomia financeira



Nos grupos de pequena dimensão, este indicador aumentou 0,9 pp para 34%. Esta foi a classe de dimensão que manteve os níveis mais elevados de autonomia financeira. Os grupos de grande dimensão apresentaram um crescimento de 1,2 pp para 30%, enquanto os de média dimensão registaram o nível de autonomia financeira mais reduzido (25%). Esta última classe de dimensão registou o maior aumento do referido indicador entre 2016 e 2017 (2,3 pp).

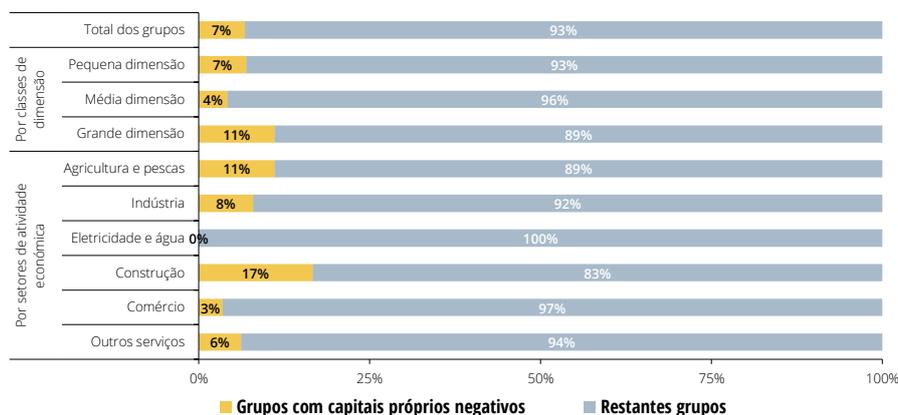
Atendendo à atividade económica dos grupos, destaque-se a indústria que, à semelhança de 2016, foi o setor com maior autonomia financeira (38%). Os grupos do setor da agricultura e pescas, que em 2016 apresentaram níveis de autonomia financeira próximos dos grupos da indústria, também registaram um aumento deste indicador (37%). Os grupos dos setores da eletricidade e água e do comércio apresentaram níveis de autonomia financeira de 31% e 30%, respetivamente.

Por outro lado, os setores com menores níveis de autonomia financeira foram os outros serviços (24%) e a construção (19%). Excetuando o comércio, todos os setores registaram aumentos dos níveis de autonomia financeira.

O aumento generalizado da autonomia financeira dos grupos deveu-se, principalmente, a subidas dos capitais próprios. Do total de grupos com aumentos neste indicador, 25% observaram aumentos do capital próprio proporcionalmente superiores aos do ativo e um terço apresentaram, simultaneamente, um acréscimo do capital próprio e uma redução do ativo. Em 10% dos grupos, o aumento da autonomia financeira resultou de reduções do ativo proporcionalmente superiores às do capital próprio.

Em 2017, 7% dos grupos apresentavam capitais próprios negativos. Por dimensão, a percentagem era de 11% nos grupos de grande dimensão, 7% nos de pequena dimensão e 4% nos de média dimensão (Gráfico I.3.7).

**Gráfico I.3.7 • Grupos com capitais próprios negativos (2017)**



Por setor de atividade económica, e em linha com o observado para o indicador de autonomia financeira, a percentagem de grupos com capitais próprios negativos era mais elevada na construção (17%), seguindo-se a agricultura e pescas (11%). Por outro lado, na eletricidade e água não existiam grupos com capitais próprios negativos e, no comércio, apenas 3% dos grupos se encontrava nesta situação.

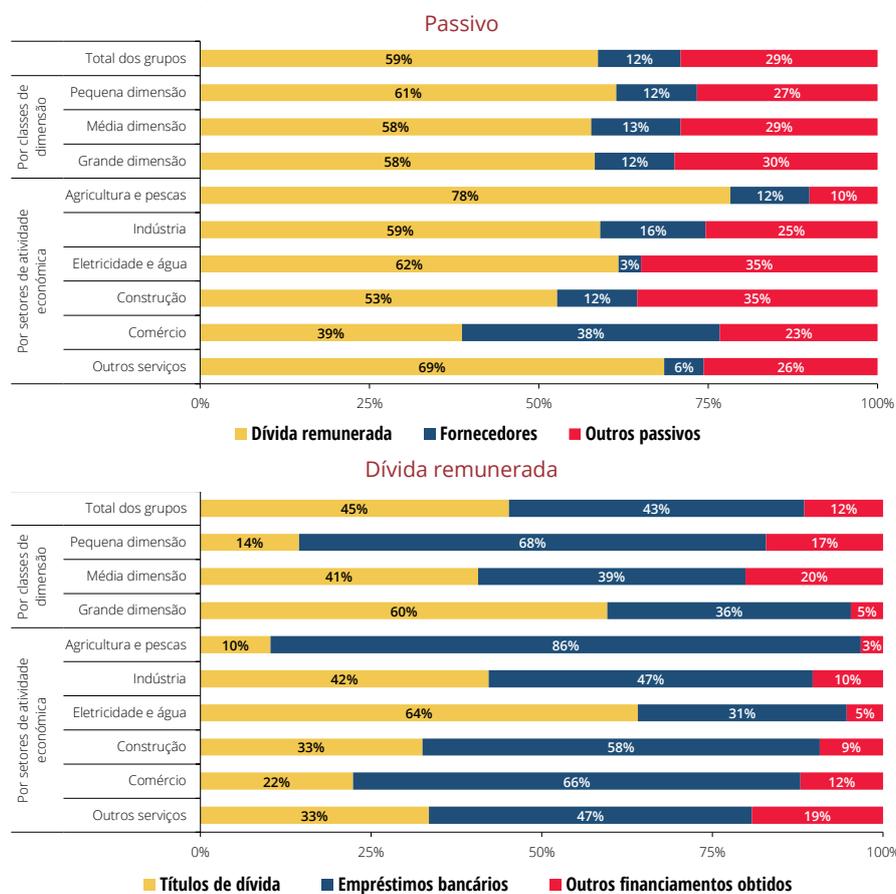
A dívida remunerada<sup>11</sup> correspondia à principal fonte de financiamento alheio dos grupos, representando 59% do passivo dos grupos em 2017. Os outros passivos, que incluem, por exemplo, dívidas ao Estado, a acionistas e sócios e outras contas a pagar, representavam 29% do passivo dos grupos, enquanto as dívidas a fornecedores (créditos comerciais) correspondiam a 12% (Gráfico I.3.8).

Por dimensão, a dívida remunerada era a componente que mais contribuía para o passivo total dos grupos das várias classes de dimensão e o seu peso oscilava entre 58% nos grupos de média e de grande dimensão e 61% nos de pequena dimensão. O peso dos fornecedores variava entre 12% nos grupos de pequena e de grande dimensão e 13% nos de média dimensão. Os outros passivos correspondiam a 27% do passivo dos grupos de pequena dimensão, 29% dos grupos de média dimensão e 30% dos grupos de grande dimensão.

Em termos de setor de atividade económica, a agricultura e pescas correspondia ao setor em que o peso da dívida remunerada era maior (78%) e o peso dos outros passivos era menor (10%). A parcela do passivo referente a dívida remunerada era mais baixa no comércio (39%). Em contrapartida, este era o setor no qual o peso dos créditos comerciais era mais relevante (38%). Já o peso dos outros passivos era mais elevado na eletricidade e água e na construção (35% em ambos os casos). A eletricidade e água era o setor em que os créditos comerciais tinham menor peso no passivo (3%).

<sup>11</sup> A dívida remunerada corresponde ao conjunto de financiamentos remunerados obtidos pelo grupo, designadamente, através da emissão de títulos de dívida, empréstimos junto de instituições de crédito e sociedades financeiras e outros financiamentos obtidos tais como empréstimos de empresas participantes e participadas.

Gráfico I.3.8 • Passivo | Estrutura (2017)



Os títulos de dívida correspondiam a 45% da dívida remunerada dos grupos, enquanto os empréstimos bancários representavam 43% e os outros financiamentos obtidos 12%.

Por dimensão, os títulos de dívida foram a principal fonte de dívida remunerada para os grupos de média e de grande dimensão (41% e 60%, respetivamente), enquanto nos grupos de pequena dimensão a parcela mais relevante da dívida remunerada correspondia aos empréstimos bancários (68%).

O peso dos empréstimos bancários superava a proporção de cada uma das restantes componentes da dívida remunerada para todos os setores de atividade económica, à exceção da eletricidade e água. Neste setor, os títulos de dívida representavam 64% da dívida remunerada, enquanto os empréstimos bancários representavam apenas 31%. Por outro lado, a agricultura e pescas era o setor no qual os empréstimos bancários tinham o maior peso, representando 86% da dívida remunerada, e os títulos de dívida o menor peso (10%). Os outros financiamentos obtidos eram particularmente relevantes na dívida remunerada dos outros serviços (19%) e menos importantes na dívida remunerada da agricultura e pescas (3%).

O passivo dos grupos diminuiu 1% em 2017. Apesar do aumento de 8% da rubrica de fornecedores, este efeito foi mais do que compensado pela descida de 3% na dívida remunerada, com os outros passivos a apresentarem uma redução marginal (Quadro I.3.3). A descida da dívida remunerada esteve associada à diminuição do financiamento por títulos de dívida (-4%) e dos empréstimos bancários (-3%).

**Quadro I.3.3 • Passivo | Taxa de crescimento anual (2017)**

		Dívida remunerada	Fornecedores	Outros passivos	Passivo total
<b>Total dos grupos</b>		<b>-2,7%</b>	<b>8,1%</b>	<b>-0,1%</b>	<b>-0,8%</b>
Por classes de dimensão	Pequena dimensão	5,7%	4,8%	4,2%	5,2%
	Média dimensão	-2,7%	10,0%	1,2%	-0,1%
	Grande dimensão	-5,7%	8,3%	-2,0%	-3,2%
Por setores de atividade económica	Agricultura e pescas	4,5%	7,1%	-2,7%	4,0%
	Indústria	-10,0%	4,7%	1,8%	-5,2%
	Eletricidade e água	-4,4%	3,0%	-4,0%	-4,0%
	Construção	-11,2%	8,1%	3,5%	-4,3%
	Comércio	5,3%	11,7%	6,0%	7,8%
	Outros serviços	-5,7%	7,2%	-1,9%	-4,1%

Nota: O sombreado escuro destaca as maiores subidas, por classe de dimensão e por setor de atividade económica. O sombreado claro identifica todas as subidas.

Ao nível das classes de dimensão, os grupos de pequena dimensão registaram um aumento do passivo de 5%, com todas as componentes a registarem aumentos entre 2016 e 2017. Já nos grupos de média dimensão, o passivo registou uma diminuição marginal (o aumento do passivo por dívida comercial e dos outros passivos foi genericamente compensado pela redução da dívida remunerada) e, nos grupos de grande dimensão, verificou-se uma diminuição mais acentuada (3%), determinada pela redução da dívida remunerada e dos outros passivos, compensada parcialmente pelo aumento da dívida comercial.

Em termos setoriais, destaca-se o aumento do passivo no comércio e na agricultura e pescas (8% e 4%, respetivamente), ambos com um aumento de 5% da dívida remunerada. Em contrapartida, o passivo diminuiu 5% na indústria e 4% nos restantes setores. A maioria dos setores registou diminuições na dívida remunerada: 11% na construção, 10% na indústria, 6% nos outros serviços e 4% na eletricidade e água. Em contrapartida, o passivo por dívida comercial aumentou para todos os setores de atividade.

Entre 2016 e 2017, 51% dos grupos registaram aumentos do passivo. Destes grupos, 62% aumentaram a sua dívida remunerada. Entre os grupos cujo passivo diminuiu, 81% registaram reduções na dívida remunerada.

### 3.2.2 Gastos de financiamento e solvabilidade

Os juros suportados pelos grupos diminuíram 8% em 2017, o que compara com uma redução de 18% em 2016 (Quadro I.3.4).

**Quadro I.3.4 • Taxa de crescimento anual dos gastos de financiamento e pressão financeira**

		Taxa de crescimento anual dos juros suportados		Pressão financeira (juros suportados/EBITDA)	
		2016	2017	2016	2017
<b>Total dos grupos</b>		<b>-18,0%</b>	<b>-7,7%</b>	<b>18,7%</b>	<b>15,0%</b>
Por classes de dimensão	Pequena dimensão	-15,5%	6,0%	17,8%	15,3%
	Média dimensão	-21,2%	-9,1%	15,3%	13,0%
	Grande dimensão	-17,3%	-11,4%	20,8%	15,8%
Por setores de atividade económica	Agricultura e pescas	-29,6%	-13,1%	13,0%	12,1%
	Indústria	-10,8%	-15,8%	19,0%	11,1%
	Eletricidade e água	-20,0%	-8,9%	20,6%	18,5%
	Construção	-18,0%	-10,7%	34,1%	32,2%
	Comércio	-29,5%	-11,9%	9,2%	7,8%
	Outros serviços	-12,6%	-11,4%	21,8%	17,4%

Nota: O sombreado identifica os valores mais elevados (em termos absolutos), por classe de dimensão e por setor de atividade económica.

Por classe de dimensão, os juros suportados aumentaram 6% para os grupos de pequena dimensão, depois de terem diminuído 16% em 2016. O aumento observado em 2017 é consistente com a subida registada na dívida remunerada dos grupos de pequena dimensão. Já nos grupos de média e grande dimensão, os juros suportados diminuíram 9% e 11%, respetivamente, seguindo-se a decréscimos, mais acentuados, de 21% e 17% em 2016, respetivamente.

Por setor de atividade económica, os juros suportados apresentaram reduções compreendidas entre 9% (eletricidade e água) e 16% (indústria). De salientar que na agricultura e pescas e no comércio se verificou um aumento da dívida remunerada, não obstante a diminuição dos juros suportados.

Mais de dois terços (67%) dos grupos que suportavam juros registaram decréscimos nesse indicador entre 2016 e 2017. Em 34% dos grupos cujos juros suportados diminuíram, esta redução aconteceu apesar da dívida remunerada ter aumentado. Pelo contrário, os juros suportados aumentaram em 33% dos grupos, dos quais 47% apresentaram uma descida do montante associado à dívida remunerada em 2017.

Nesse ano, a pressão financeira dos grupos, que corresponde ao rácio entre os juros suportados e o EBITDA, desceu 3,7 pp, para 15%.

Todas as classes de dimensão registaram reduções na pressão financeira. A maior redução observou-se nos grupos de grande dimensão cuja pressão financeira diminuiu de 21% em 2016, para 16% em 2017. A pressão financeira dos grupos de pequena e média dimensão correspondeu a 15% e a 13%, respetivamente.

Por setor de atividade económica, a pressão financeira era mais reduzida no comércio (8%), mas superior no setor da construção (32%). Todos os setores apresentaram uma redução da pressão financeira entre 2016 e 2017.

Entre os grupos que apresentaram diminuições da pressão financeira em 2017, quase dois terços (65%) registaram, simultaneamente, um aumento do EBITDA e uma redução dos juros suportados.

### 3.2.3 Financiamento por dívida comercial<sup>12</sup>

Em 2017, o financiamento por dívida comercial correspondia a 12% do passivo dos grupos residentes em Portugal.

O saldo entre as rubricas de fornecedores e de clientes (financiamento líquido por dívida comercial) passou a apresentar um valor marginalmente positivo em 2017, quando comparado com o valor nulo registado em 2016 (Gráfico I.3.9).

**Gráfico I.3.9 • Financiamento líquido por dívida comercial | Em percentagem do volume de negócios**



O financiamento líquido por dívida comercial aumentou em todas as classes de dimensão. O maior aumento registou-se nos grupos de pequena dimensão que apresentaram uma melhoria de 1,2 pp para -7%. Não obstante, o financiamento líquido por dívida comercial só foi positivo para os grupos de grande dimensão. Em 2017, o valor foi idêntico ao observado em 2016 (4%).

Por setor de atividade económica, a maioria dos setores apresentavam valores negativos neste indicador: -20% na construção, -10% na eletricidade e água, -7% nos outros serviços e -1% na indústria. O comércio e a agricultura e pescas eram os únicos setores em que este saldo era positivo (12% e 2%, respetivamente). O financiamento por dívida comercial registou aumentos em todos os setores, à exceção da eletricidade e água, setor no qual diminuiu 0,2 pp. O maior crescimento foi registado na construção, cujo financiamento por dívida comercial correspondia a -23% em 2016 e a -20% em 2017.

<sup>12</sup> O financiamento líquido por dívida comercial foi calculado pela diferença entre o saldo de fornecedores (líquido de adiantamentos) e o saldo de clientes (líquido de adiantamentos e ajustamentos).

Apesar de o total dos grupos ter obtido financiamento líquido por dívida comercial em 2017, apenas 35% dos grupos conseguiram obter financiamento por esta via.

A caixa 2 caracteriza os grupos em função do normativo contabilístico e a caixa 3 compara os resultados consolidados desses grupos e os resultados individuais das empresas que integram o seu perímetro de consolidação.

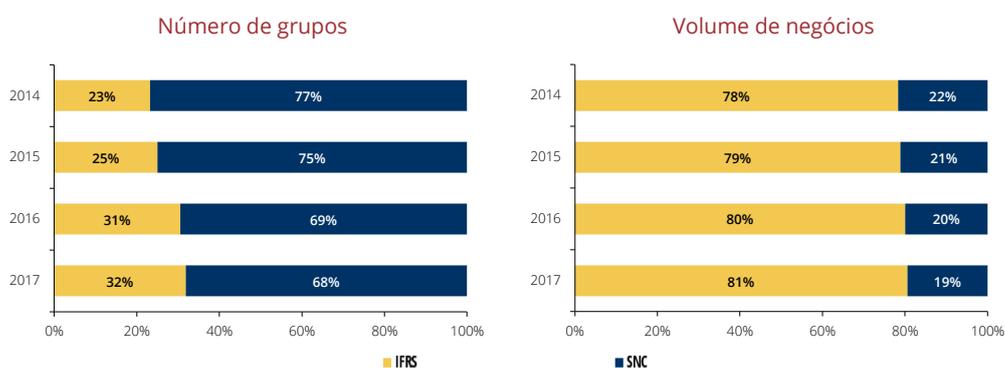
## Caixa 2 • Caracterização por normativo contabilístico: IFRS versus SNC

Os grupos não financeiros podem preparar demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com o referencial contabilístico nacional, constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), o qual incorpora as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e respetivas normas interpretativas (NI). Em alternativa, os grupos poderão elaborar demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o normativo internacional, o qual contempla as normas internacionais de relato financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards), as normas internacionais de contabilidade (IAS – International Accounting Standards), bem como as interpretações emitidas pelo Standing Interpretation Committee (SIC) e pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC). Doravante, o conjunto destas normas e interpretações serão designadas por IFRS. De 2005 em diante, os grupos cotados da União Europeia que elaboram contas consolidadas passaram a estar obrigados a apresentar demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS. Os restantes grupos portugueses podem, se assim o entenderem, adotar igualmente este normativo.

Entre os fatores que podem levar os grupos não cotados a adotar as IFRS destacam-se a presença internacional do grupo e o peso de empresas não residentes no respetivo perímetro de consolidação. Outros fatores estarão relacionados com a necessidade de obtenção de empréstimos externos e a vocação exportadora dos grupos. As IFRS são um referencial contabilístico internacional, e é compreensível que os grupos com mais relações com agentes económicos situados no resto do mundo as adotem. Estas normas irão proporcionar a todos os *stakeholders* não residentes informação financeira relevante, num formato comum e internacional, que permitirá uma melhor avaliação do grupo.

Em 2017, 68% dos grupos elaboravam demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com o SNC, enquanto os restantes 32% aplicavam as IFRS. Desde 2014 que a parcela dos grupos que elaboravam demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS tem aumentado todos os anos. O maior aumento foi registado em 2016, quando a parcela de grupos que aplicavam as IFRS aumentou 6 pp, para 31% (Gráfico C2.1).

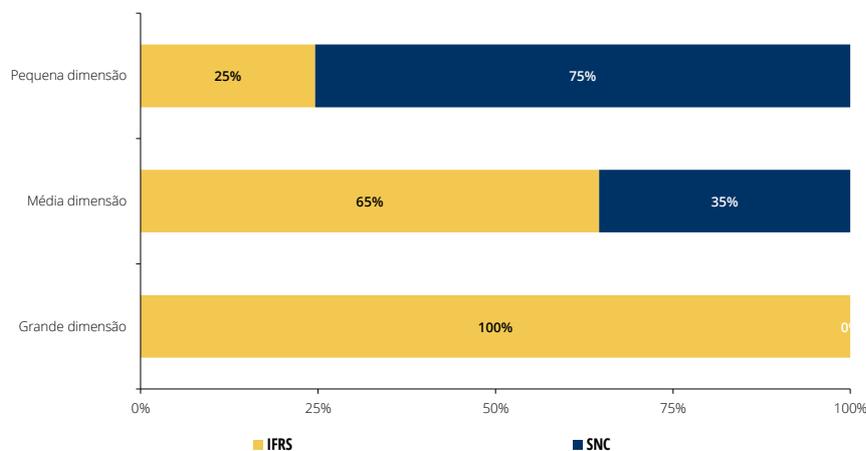
### Gráfico C2.1 • Estruturas | Por normativo contabilístico



Não obstante a maioria dos grupos ter aplicado o SNC, aqueles que utilizavam as IFRS concentravam 81% do volume de negócios consolidado total dos grupos, preponderância já verificada desde 2014. Nesse ano, estes grupos concentraram 78% do volume de negócios total dos grupos.

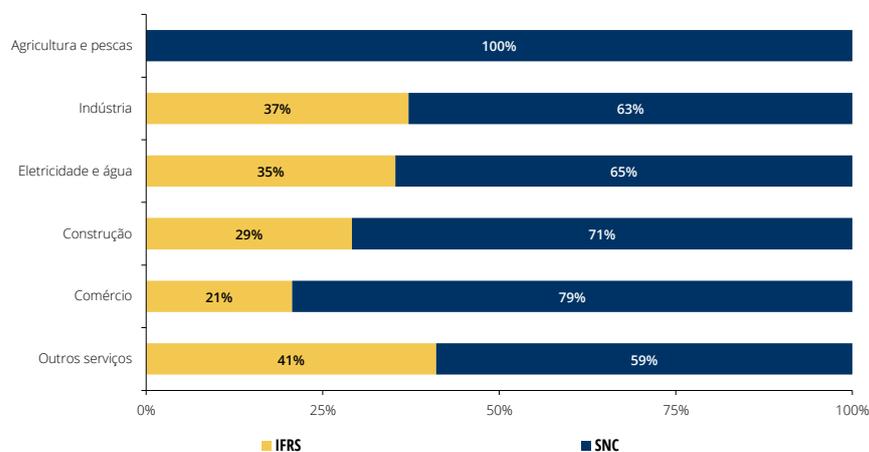
Ao nível das classes de dimensão, os grupos que aplicaram o SNC tinham um maior peso nos grupos de pequena dimensão, representando 75% destes grupos. A percentagem de grupos que apresentou demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS foi de 25%, e correspondia a grupos de pequena dimensão. Em contraste, 65% dos grupos de média dimensão utilizaram as IFRS, o que compara com 35% para os grupos que aplicaram o SNC. Todos os grupos de grande dimensão aplicaram as IFRS (Gráfico C2.2).

**Gráfico C2.2 • Estruturas | Por normativo contabilístico e classes de dimensão (2017)**



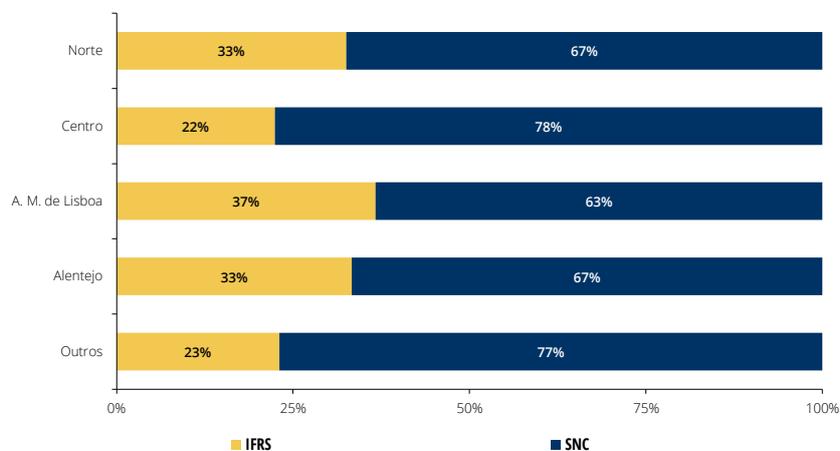
Em termos de setores de atividade económica, todos os grupos da agricultura e pescas aplicaram o SNC. Os grupos que elaboraram demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com o SNC tinham maior peso que os restantes grupos em todos os setores. O setor outros serviços registava a maior parcela de grupos (41%) a utilizar as IFRS (Gráfico C2.3).

**Gráfico C2.3 • Estruturas | Por normativo contabilístico e setores de atividade económica (2017)**



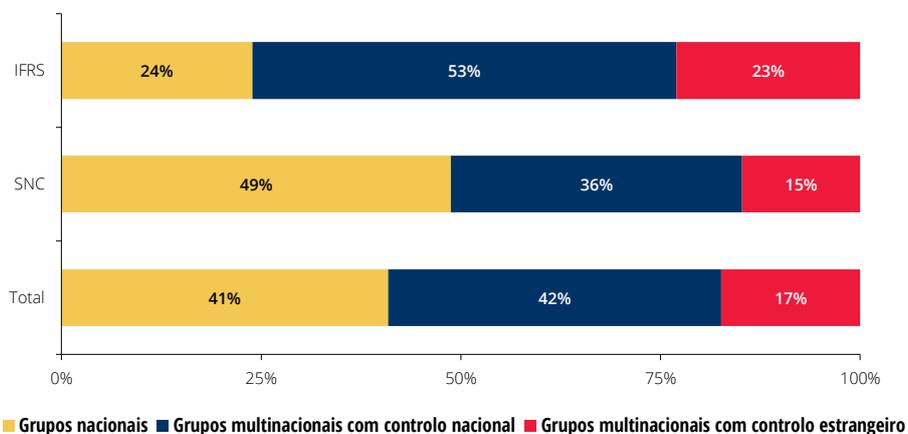
Por localização geográfica, os grupos que adotaram o SNC tinham maior ponderação em todas as localizações. A ponderação dos grupos que utilizavam as IFRS apresentou o valor mais elevado para a Área Metropolitana de Lisboa (37%). O peso de grupos que aplicavam o SNC era mais elevado na zona Centro (78%).

**Gráfico C2.4 • Estruturas | Por normativo contabilístico e localização geográfica (2017)**



O Gráfico C2.5 mostra a dispersão dos grupos por nacionalidade e normativo contabilístico. Em 2017, 49% dos grupos que apresentavam contas em conformidade com o SNC eram nacionais, enquanto essa percentagem era de 24% para os grupos que apresentavam contas de acordo com as IFRS. De entre os grupos que apresentavam contas conforme as IFRS, predominavam os multinacionais com controlo nacional (53%).

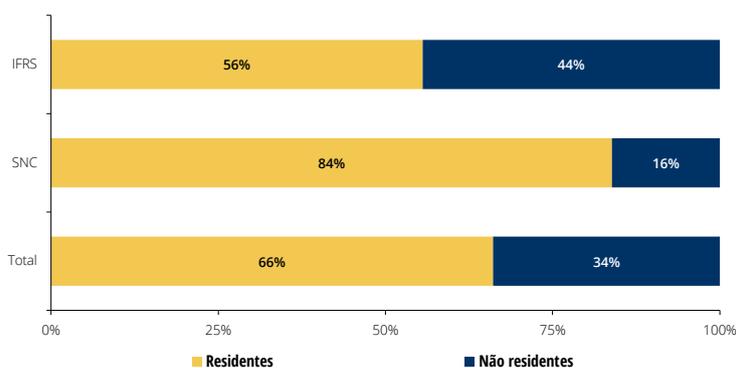
**Gráfico C2.5 • Estruturas | Por normativo contabilístico e tipo de grupo (2017)**



A percentagem de grupos que aplicaram as IFRS foi de 18% para os grupos nacionais, 40% para os grupos multinacionais com controlo nacional e de 42% para os grupos multinacionais com controlo estrangeiro.

A distribuição da residência das empresas integradas no perímetro de consolidação demonstra que 84% das empresas integradas em grupos que aplicaram o SNC eram residentes. Esta percentagem correspondia a 56% nos grupos que apresentaram contas em conformidade com as IFRS (Gráfico C2.6).

**Gráfico C2.6 • Estruturas | Por normativo contabilístico e residência das empresas integradas no perímetro de consolidação (2017)**



De entre as empresas que integravam o perímetro de consolidação dos grupos, 53% das empresas residentes e 82% das empresas não residentes pertenciam a grupos que adotaram as IFRS.

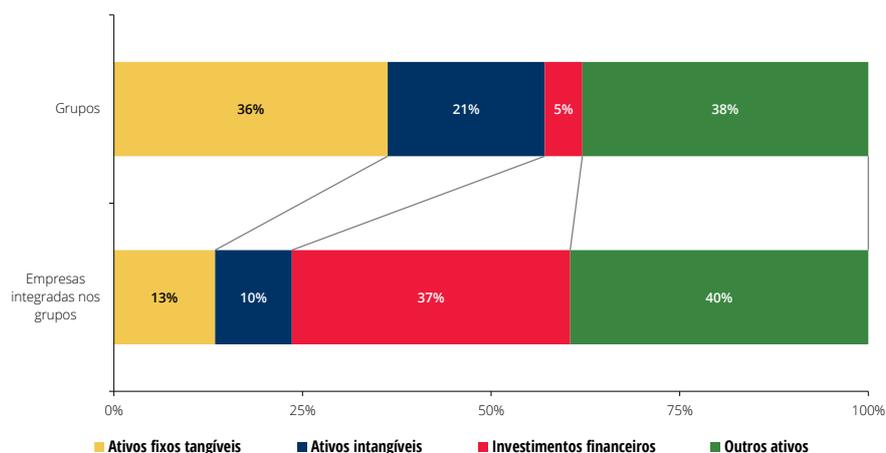
### Caixa 3 • Grupos e empresas integradas no perímetro de consolidação

Esta caixa destaca as diferenças entre a informação financeira consolidada e o somatório da informação financeira em base individual das empresas residentes em Portugal que integravam os respetivos perímetros de consolidação.

As diferenças entre ambos poderão dever-se, essencialmente, a dois fatores. Aquando do processo de consolidação, são eliminadas as transações e saldos entre as empresas que estão integradas no perímetro de consolidação de um grupo consolidante. Adicionalmente, as contas consolidadas dos grupos abrangem as contas das subsidiárias localizadas noutros países que não Portugal. Em 2017, os grupos considerados neste estudo controlavam aproximadamente 5 mil empresas, das quais cerca de 3 mil eram residentes em Portugal. Estas empresas representavam menos de 1% do número de empresas em Portugal, 27% do seu volume de negócios e 14% das pessoas ao serviço.

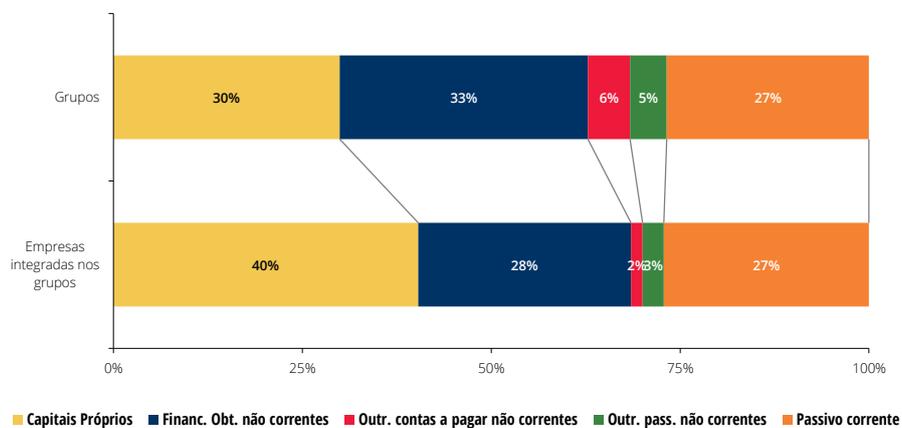
Os ativos fixos tangíveis e os ativos intangíveis das empresas residentes integradas nos grupos que elaboraram contas consolidadas correspondiam a 13% e 10% do ativo, respetivamente. Os grupos apresentaram valores superiores (36% e 21%, respetivamente). Em contrapartida, os investimentos financeiros representavam 37% do ativo das empresas integradas nos grupos, enquanto a proporção dos investimentos financeiros era de 5% no caso dos grupos. Esta compensação é consistente com o processo de consolidação das contas dos grupos. As participações financeiras nas subsidiárias registadas nas contas individuais das empresas na rubrica de investimentos financeiros são anuladas no processo de consolidação, e os respetivos ativos dessas subsidiárias adicionados a cada uma das rubricas do balanço, designadamente, nas rubricas de ativos fixos tangíveis e intangíveis (Gráfico C3.1).

**Gráfico C3.1 • Ativo | Estrutura (2017)**



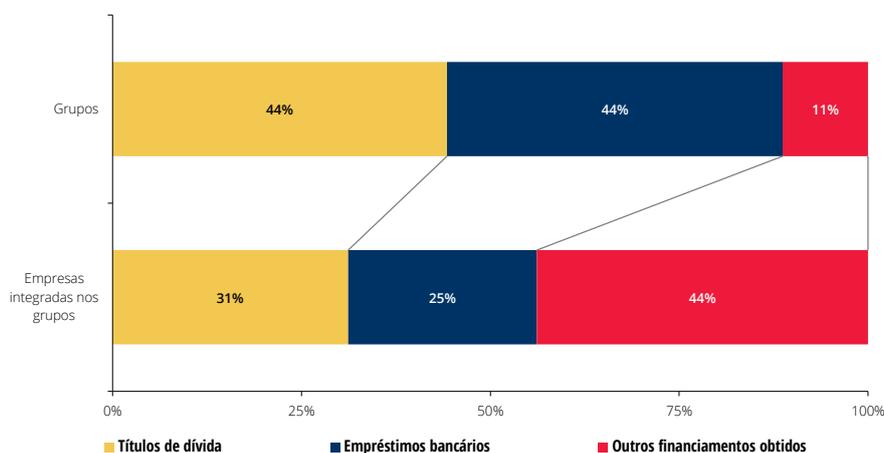
Os efeitos do processo de consolidação também podem ser observados ao nível do capital próprio e passivo. O capital próprio correspondeu a 40% do ativo para as empresas residentes que integravam o perímetro de consolidação dos grupos. Quanto às contas consolidadas dos grupos, o peso do capital próprio desce para 30% do ativo. Já o peso do passivo não corrente foi de 33% do ativo para as empresas integradas em grupos, mas situou-se em 43% quando analisado numa ótica de grupos. Os passivos das subsidiárias que integram o grupo são adicionados (exceto passivos intragrupo), o que se reflete sobretudo na rubrica de financiamentos obtidos, bem como das outras contas a pagar, do passivo não corrente (Gráfico C3.2).

**Gráfico C3.2 • Capitais Próprios e Passivo | Estrutura em percentagem do ativo (2017)**



No que respeita aos financiamentos obtidos, destaca-se a rubrica de outros financiamentos obtidos para as empresas integradas nos grupos, a qual correspondia a 44% do total de financiamentos obtidos. A ponderação desta rubrica era apenas de 11% para os grupos, enquanto as rubricas de títulos de dívida (44%) e empréstimos bancários (44%) tinham mais relevância (Gráfico C3.3).

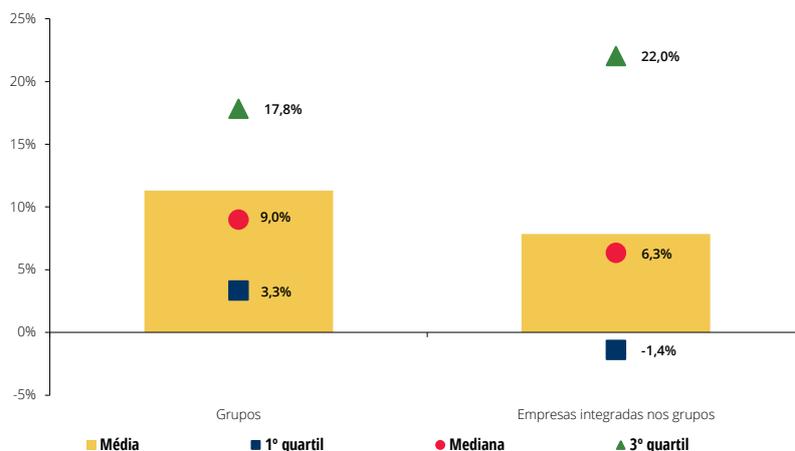
**Gráfico C3.3 • Financiamentos obtidos | Estrutura (2017)**



A rubrica de outros financiamentos obtidos incorpora os empréstimos concedidos por participantes no capital, bem como por outras empresas do grupo. Aquando do processo de consolidação, os empréstimos entre empresas que integram o perímetro de consolidação, os quais correspondem a transações intragrupo, são anulados. É de realçar, ainda, que as contas consolidadas dos grupos incluem os títulos de dívida emitidos e empréstimos bancários obtidos por subsidiárias localizadas no resto do mundo.

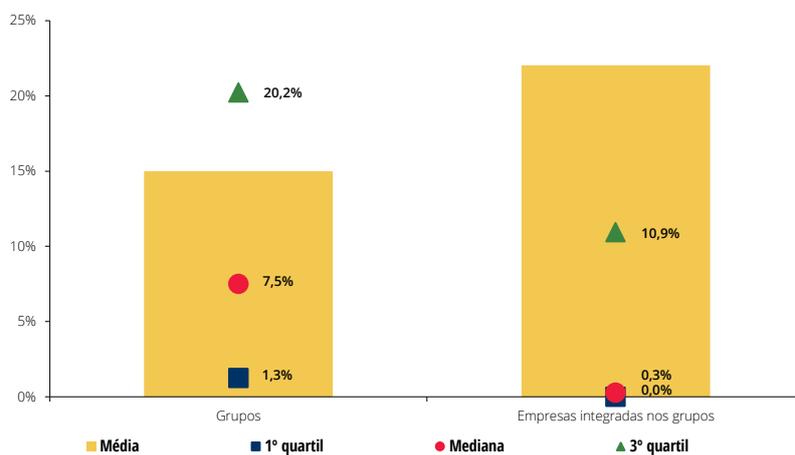
Em termos médios, a rentabilidade dos capitais próprios dos grupos era superior à rentabilidade dos capitais próprios das empresas integradas nos grupos: 11% face a 8% (Gráfico C3.4). O primeiro quartil, bem como a mediana da rentabilidade dos capitais próprios dos grupos, eram igualmente superiores ao das empresas integradas em grupos. Todavia, o terceiro quartil apresentava um valor superior para as empresas integradas em grupos. Nestas empresas acima do terceiro quartil, situam-se, sobretudo, as empresas-mãe dos grupos que incorporam os resultados de todas as empresas dos grupos nos ganhos relacionados com investimentos financeiros, o que aumenta o resultado líquido e, por conseguinte, a rentabilidade dos capitais próprios. Quanto mais ascendente a posição da empresa na estrutura do grupo, maior tende a ser a rentabilidade dos capitais próprios quando as empresas integradas em grupos apresentam resultados positivos. É de salientar, ainda, a maior dispersão da rentabilidade dos capitais próprios das empresas integradas em grupos, já que o valor do primeiro quartil é menor face aos grupos (-1% que compara com 3%) e o valor do terceiro quartil é maior (22% face a 18%).

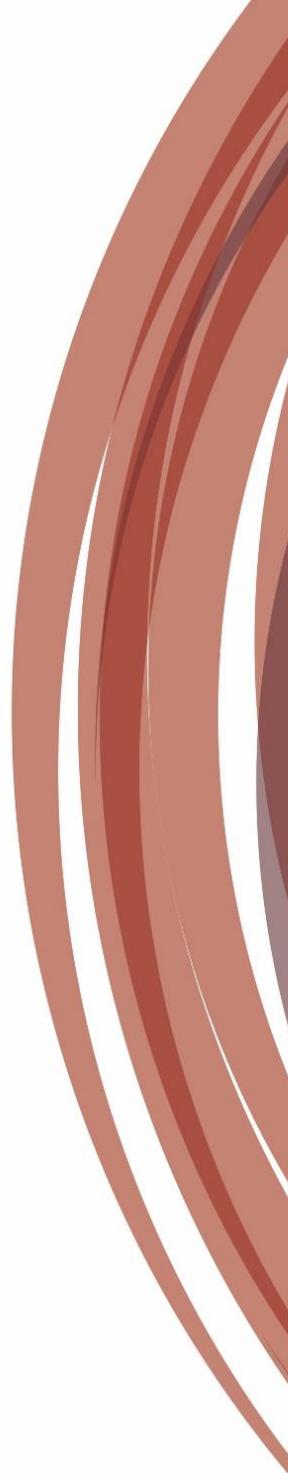
**Gráfico C3.4 • Rendibilidade dos capitais próprios (2017)**



A pressão financeira era, em termos médios, de 15% para os grupos e de 22% para as empresas integradas em grupos (Gráfico C3.5). O primeiro quartil, para estas empresas, correspondia a 0%, o que indica que, pelo menos, 25% das empresas integradas em grupos não apresentavam juros suportados. Também a mediana era de, aproximadamente, 0%. Não obstante o primeiro quartil, a mediana e o terceiro quartil da distribuição apresentarem valores inferiores para as empresas integradas em grupos, em termos médios estas apresentavam um valor superior. Existia um grande número de empresas integradas em grupos sem juros suportados ou com valores reduzidos para esta rubrica e um número reduzido com valores muito elevados. Este cenário é consistente com o facto de algumas empresas integradas em grupos concentrarem os financiamentos obtidos que, posteriormente, distribuem pelas restantes empresas do grupo, apresentando valores elevados da pressão financeira.

**Gráfico C3.5 • Pressão financeira (2017)**







## II Anexo

### 1 Síntese metodológica



# 1 Síntese metodológica

## 1.1 Definições

**Autonomia financeira:** Rácio entre os capitais próprios e o ativo total.

**Dimensão dos grupos:** Os grupos foram classificados em três categorias: pequena, média e grande dimensão. Para esta classificação foram aplicados os critérios utilizados no âmbito do grupo de trabalho ERICA, que é parte integrante do Comité Europeu de Centrais de Balanços. De acordo com estes critérios, são classificados como grupos de pequena dimensão os grupos cujo volume de negócios é inferior a 250 milhões de euros. Os grupos de média dimensão correspondem aos grupos cujo volume de negócios é igual ou superior a 250 milhões de euros e que não ultrapassa os 1500 milhões de euros. São classificados como grupos de grande dimensão os grupos cujo volume de negócios é igual ou superior a 1500 milhões de euros.

**Dívida remunerada:** A dívida remunerada corresponde ao conjunto de financiamentos remunerados obtidos pelo grupo, designadamente, através da emissão de títulos de dívida, empréstimos junto de instituições de crédito e sociedades financeiras e outros financiamentos obtidos, tais como, empréstimos de empresas participantes e participadas.

**EBITDA:** Resultado antes de juros, gastos de depreciação e amortização e impostos.

**Gastos da atividade operacional:** O agregado “gastos da atividade operacional” compreende o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), os gastos com o pessoal e os outros gastos operacionais. Os outros gastos operacionais incluem os fornecimentos e serviços externos (FSE).

**Localização geográfica:** A localização geográfica do grupo refere-se à região onde está situada a sede da empresa-mãe. Considera-se a desagregação do território de Portugal em sete regiões, de acordo com a Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS-II): Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores. O Algarve, a Região Autónoma da Madeira e a Região Autónoma dos Açores foram agregadas numa categoria denominada “Outros”, para facilitar a leitura dos gráficos, uma vez que apresentam um peso reduzido na estrutura dos grupos.

**Margem líquida:** Rácio entre o resultado líquido do período e o total de rendimentos.

**Margem operacional:** Rácio entre o EBITDA e o total de rendimentos.

**Número de pessoas ao serviço (NPS):** Corresponde, para cada grupo, ao número médio de pessoas ao serviço durante os meses do ano em que a mesma esteve em atividade. São consideradas todas as pessoas que participaram na atividade dos grupos, independentemente do seu vínculo.

**Outros financiamentos obtidos:** Parcela da dívida remunerada que não corresponde a títulos de dívida ou empréstimos junto de instituições de crédito e sociedades financeiras. Inclui empréstimos de participantes de capital e/ou empresas do grupo ou outros empréstimos remunerados. O conceito subjacente a esta rubrica, neste estudo, difere do utilizado nos *Estudos da Central de Balanços*, nos quais é possível distinguir entre financiamentos de empresas do grupo e outros financiamentos obtidos.

**Pressão financeira:** Rácio entre os juros suportados e o EBITDA.

**Rendibilidade dos capitais próprios:** Rácio entre o resultado líquido do período e os capitais próprios.

**Rendimentos:** Corresponde ao “total de rendimentos líquidos”, obtido através da soma do volume de negócios, variações nos inventários de produção, trabalhos para a própria entidade, subsídios à exploração e outros rendimentos e ganhos operacionais.

**Setor de atividade económica:** A nomenclatura utilizada está de acordo com a Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, Revisão 3 (CAE-Rev.3). A CAE do grupo corresponde à atividade que apresenta maior preponderância no volume de negócios consolidado.

Foram excluídos desta análise, no que ao total dos grupos diz respeito, os grupos classificados nas Secções K – *Atividades Financeiras e de Seguros*, O – *Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória*, T – *Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio* e U – *Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais*, bem como na Subclasse 70100 – *Atividades das sedes sociais* da CAE-Rev.3.

**Volume de negócios:** Valor das vendas e das prestações de serviços realizados pelos grupos durante o exercício económico (regra geral, correspondente ao ano civil).

## 1.2 Procedimentos

### 1.2.1 Definição da amostra

Os grupos considerados neste estudo consolidaram as suas contas em Portugal em todos os anos do período em análise. Adicionalmente, foram excluídos os grupos que pertenciam ao perímetro de consolidação de outros grupos que fazem parte da amostra, de modo a evitar a duplicação da informação. Este procedimento é tipicamente aplicado pelos bancos centrais, bem como pelo grupo de trabalho ERICA, que publicam informação consolidada.

### 1.2.2 Alterações no perímetro de consolidação

Grupos com alterações relevantes no perímetro de consolidação podem limitar a comparabilidade da informação entre anos. Nesse sentido, todos os indicadores utilizados no estudo foram recalculados após a exclusão dos grupos que apresentaram alterações substanciais nos respetivos perímetros de consolidação. O objetivo era avaliar se a exclusão destes grupos conduzia a resultados substancialmente diferentes. Todavia, não se verificaram alterações significativas nos valores dos indicadores utilizados no estudo.

### 1.2.3 Atribuição do setor de atividade económica

O código de classificação da atividade económica atribuído a um grupo é o correspondente à sua atividade principal, ou seja, aquela que tem maior ponderação no volume de negócios consolidado.

Neste estudo consideram-se seis setores de atividade económica, de acordo com a classificação utilizada nos *Estudos da Central de Balanços*: (1) agricultura e pescas; (2) indústria; (3) eletricidade e água; (4) construção; (5) comércio; (6) outros serviços. O procedimento corresponde à utilização de um mapeamento, no qual os códigos de classificação da atividade económica são associados a setores específicos e previamente definidos.

Comparado com estudos de outros bancos centrais / grupos de trabalho, a quantidade de setores considerados varia, ainda que de forma pouco significativa. O Banque de France considera cinco setores de atividade económica: (1) energia e ambiente; (2) atividades imobiliárias; (3) informação e comunicação; (4) comércio, transportes, hotelaria e restauração; (5) indústria e construção. O Banco de Espanha utiliza sete setores de atividade: (1) energia; (2) indústria; (3) comércio, hotelaria e restauração; (4) informação e comunicação; (5) construção e atividades imobiliárias; (6)

transportes e armazenagem; (7) outros. O Bundesbank publica estatísticas consolidadas para o (1) setor produtivo e para o (2) setor dos serviços. Por último, o grupo de trabalho ERICA utiliza quatro setores de atividade económica: (1) construção; (2) indústria; (3) energia; e (4) serviços.

#### **1.2.4** Grupos que atuam em vários setores de atividade económica

Mediante a identificação dos setores de atividade económica referida no ponto anterior verificou-se que existem grupos que atuam em diversos setores. Deste modo, as variações no volume de negócios de um grupo podem não ser explicadas pela variação do volume de negócios referente à sua atividade principal. Para os grupos que atuam em vários setores foram analisados os quatro principais setores de atividade, bem como o volume de negócios referente a cada um destes e calculadas as taxas de crescimento do volume de negócios ao nível setorial. Concluiu-se que estas taxas não diferem significativamente das taxas de crescimento do volume de negócios total dos grupos atribuídas ao setor de atividade económica principal. Assim, a atuação dos grupos em vários setores de atividade não tem um impacto relevante nas taxas de crescimento apresentadas para o volume de negócios.

Para além disso, verificou-se que é reduzido o número de grupos considerados neste estudo em que o volume de negócios relacionado com a sua atividade principal represente menos de 80% do seu volume de negócios total.

#### **1.2.5** Definição de amostras setoriais

Para as análises desenvolvidas ao nível do setor só foram excluídos os grupos que pertenciam ao perímetro de consolidação de grupos com o mesmo setor. Os grupos que pertenciam ao perímetro de consolidação de outros grupos, mas de diferentes setores de atividade (conforme ponto 1.2.3), foram incluídos nas amostras setoriais, garantindo uma caracterização mais completa de cada um dos setores.

As amostras setoriais também garantem que os grupos considerados em cada um dos setores dispõem de informação consolidada no período analisado.

A classificação setorial do grupo é a do ano mais recente. Ou seja, não foram excluídos da amostra grupos que, dispondo de informação consolidada no período em análise, tivessem mudado de setor de atividade principal.

## Siglas e acrónimos

CAE	Classificação Portuguesa das Atividades Económicas
CMVMC	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas
EBITDA	Resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações (do inglês, <i>earnings before interest, taxes, depreciation and amortization</i> )
ECCBSO	European Committee of Central Balance-Sheet Data Offices
ERICA	European Records of IFRS Consolidated Accounts WG
IAS	International Accounting Standards
IES	Informação Empresarial Simplificada
INE	Instituto Nacional de Estatística
NCRF	Normas de Contabilidade e Relato Financeiro
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos
pp	Pontos percentuais
SEC 2010	Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 2010 (Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, relativo ao Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais na Comunidade)
IFRIC	International Financial Reporting Interpretation Committee
IFRS	International Financial Reporting Standards
NI	Normas Interpretativas
SIC	Standing Interpretation Committee
SNC	Sistema de Normalização Contabilística

# Referências

Banco de España (2018), "Annual results of non-financial corporations 2017", *Central Balance-Sheet Data Office*, janeiro de 2018.

<https://www.bde.es/ff/webbde/SES/Secciones/Publicaciones/PublicacionesAnuales/CentralBalances/16/Fich/cb16ane.pdf>

Banco de Portugal (2008), "Reporte simplificado: incorporação da Informação Empresarial Simplificada nas Estatísticas das Empresas Não Financeiras da Central de Balanços", *Suplemento ao Boletim Estatístico*, 1/2008, maio de 2008.

<https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/suplemento-1-2008.pdf>

Banco de Portugal (2013), "Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços – Notas metodológicas", *Suplemento ao Boletim Estatístico*, 2/2013, outubro de 2013.

<https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/suplemento-2-2013.pdf>

Banco de Portugal (2017), "Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2017", *Estudos da Central de Balanços* 34, novembro de 2018.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos\\_da\\_cb\\_34\\_2018.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos_da_cb_34_2018.pdf)

Banco de Portugal (2018), "Análise das empresas integradas em grupos", *Estudos da Central de Balanços* 32, maio de 2018.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos\\_da\\_cb\\_32\\_2018.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos_da_cb_32_2018.pdf)

Banco de Portugal (2019), "Quadros do setor e quadros da empresa e do setor", *Estudos da Central de Balanços* 36, fevereiro de 2019.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/flexpapers/1516720/Estudo\\_36\\_CB\\_2019.html](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/flexpapers/1516720/Estudo_36_CB_2019.html)

Bundesbank (2014), "Consolidated financial statement statistics as a contribution to the extended corporate analysis: approach and initial results", *Monthly Report*, julho de 2014.

<https://www.bundesbank.de/resource/blob/622226/7f3ab6d11f12a8f2c333259469e14507/mL/2014-07-financial-data.pdf>

Comité Europeu de Centrais de Balanços – European Record of IFRS Consolidated Accounts (2019), "European non-financial listed groups: Analysis of 2017 data", *Annual Report*, fevereiro 2019.

[https://www.eccbso.org/wba/pubblica/publicazioni/file/ERICA2017\\_AnnualReport\\_F.pdf](https://www.eccbso.org/wba/pubblica/publicazioni/file/ERICA2017_AnnualReport_F.pdf)

Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, relativo à definição da Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, Revisão 3 (CAE-Rev.3).

Regulamento (CE) n.º 1893/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Dezembro de 2006, relativo à uniformização da classificação de atividades económicas na União Europeia.

Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, relativo ao Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais na Comunidade.

Regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014, relativo à Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos.

# Estudos da Central de Balanços

- 1 | Quadros da empresa e do setor, novembro 2010
- 2 | Estrutura e dinâmica das sociedades não financeiras em Portugal, dezembro 2010
- 3 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal, setembro 2011
- 4 | Análise setorial das indústrias alimentares, novembro 2011
- 5 | Análise setorial do alojamento, restauração e similares, novembro 2011
- 6 | Novos quadros da empresa e do setor: adaptação ao sistema de normalização contabilística, dezembro 2011
- 7 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2010/2011, abril 2012
- 8 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2011/2012, novembro 2012
- 9 | Análise setorial da indústria dos têxteis e vestuário, novembro 2012
- 10 | Análise setorial da indústria do calçado, novembro 2012
- 11 | Análise do setor agrícola, dezembro 2012
- 12 | Estrutura e dinâmica das sociedades não financeiras em Portugal 2006-2012, novembro 2013
- 13 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2012/2013, novembro 2013
- 14 | Análise do setor automóvel, dezembro 2013
- 15 | Análise do setor da construção, janeiro 2014
- 16 | Análise do setor das atividades de informação e comunicação, abril 2014
- 17 | Análise do setor do turismo, outubro 2014
- 18 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2009-2014, novembro 2014
- 19 | Quadros do setor e quadros da empresa e do setor: série longa 1995-2013, novembro 2014
- 20 | Análise setorial da indústria metalomecânica, março 2015
- 21 | Análise das empresas do setor do mar, maio 2015
- 22 | Análise das empresas do setor exportador em Portugal, junho 2015
- 23 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2010-2015, novembro 2015
- 24 | Análise das empresas dos setores da madeira, da cortiça e do papel, janeiro 2016
- 25 | Análise das empresas do setor farmacêutico, julho 2016
- 26 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2011-2016, novembro 2016
- 27 | Análise das empresas da indústria das bebidas, janeiro 2017
- 28 | Análise das empresas do setor dos transportes, julho 2017
- 29 | Rendibilidade das empresas portuguesas e europeias 2006-2015, setembro 2017
- 30 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016, dezembro 2017
- 31 | Análise regional das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016, abril 2018
- 32 | Análise das empresas integradas em grupos, maio 2018
- 33 | As indústrias transformadoras em Portugal 2012-2016, junho 2018
- 34 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2017, novembro 2018
- 35 | Análise do dinamismo empresarial em Portugal, fevereiro 2019
- 36 | Quadros do setor e quadros da empresa e do setor, fevereiro 2019
- 37 | Análise das empresas privadas prestadoras de cuidados de saúde, abril 2019
- 38 | Análise das empresas da região Norte, julho 2019

